

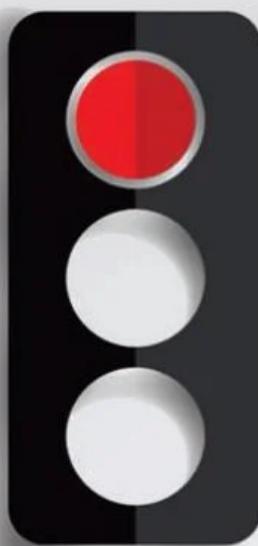
Municípios



A Revista da Associação Paulista de Municípios DE SÃO PAULO

Ano VII • Número 58

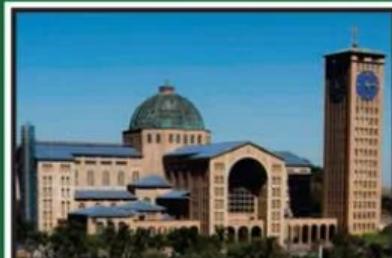
APM lidera movimento



MUNICÍPIOS CONTRA A CRISE

entrevista

Dr. Renato Nalini



especial
Fé move Aparecida

**APM e
movimento
municipalista
aprovam P.L.
que altera
alíquotas
do ICMS**



**A PRIMEIRA PPP DA
HABITAÇÃO VAI CONSTRUIR
14 MIL NOVAS MORADIAS
NO CENTRO DE SÃO PAULO.**

O Governo do Estado, por meio da Secretaria da Habitação, está tirando do papel a primeira **PPP da Habitação** de interesse social do Brasil. O projeto, considerado um dos mais inovadores do País, prevê investimentos público-privados na requalificação urbana do centro expandido da capital paulista. Neste primeiro momento, a PPP viabilizará a construção de **3.683 moradias populares**,





nos bairros do Bom Retiro, Barra Funda, Pari, Canindé, Luz e Bixiga. Dessa forma, incentivaremos o uso misto dessas regiões, oferecendo habitação, comércio, serviços, equipamentos públicos e áreas livres. Ao todo, serão construídas **14 mil** moradias no centro da capital, beneficiando as famílias trabalhadoras da região, de diferentes faixas de renda. É o Governo do Estado levando mais moradia e qualidade de vida para o povo paulista.

Sumário

04 Diretoria

Gestão 2013/2016

05 Editorial

Marcos Monti

06 Entrevista

Educação é a saída
José Renato Nallini

08 Giro Municipal

Carlos Cruz

10 Dia-a-dia

Ser do Interior - Antonio Contente

11 Municípios contra a crise

Municípios fazem cruzada
contra crise

22 Galeria de Fotos

Municípios contra a crise

27 Alíquotas ICMS

APM apoia Projeto de Lei

28 Espaço TCE-SP

Lixões fora da lei

30 CONSEGs

Ajudam a combater crime no
interior de São Paulo

33 Espaço IPT

Impacto de Verticalização na Ventilação
Natural em Centros Urbanos

36 Espaço IBGE

O Cadastro Central de Empresas e
a Atividade Econômica

38 Espaço TJ - SP

Municípios podem ser amigos
da justiça

40 Especial

Aparecida uma cidade movida pela fé

50 Municípios Aniversariantes

Outubro e Novembro

56 Eleições 2016

A hora é a vez da campanha digital

57 Santas Casas e a Administração Pública

Nova Lei de parcerias

58 Casos e Causos

Por quem os sinos dobraram?

PRESIDENTE DA APM

MARCOS MONTI

Prefeito de São Manuel (1993 a 1996 e 2013 a 2016)

2º Vice - Presidente

JONAS DONIZETTE - Prefeito de Campinas (2013 a 2016)

3º Vice - Presidente

JOSÉ MAURO DEDEMO ORLANDINI

Prefeito de Bertioga - (1993 a 1996 - 2009 a 2012 e 2013 a 2016)

4º Vice - Presidente

BELKIS GONÇALVES S. FERNANDES - Prefeita de Ourinhos (2013 a 2016)

SECRETÁRIO GERAL

CARLOS ALBERTO CRUZ FILHO

Vice-Prefeito e Vereador de Campinas - (1983 a 1988 e 1997 a 2000)

2º Secretário

SEBASTIÃO MISIARA

Vereador de Barretos - (1972 a 1996)

3º Secretário

ANTONIO CESAR SIMÃO

Prefeito de Itapuí - (1993 a 1996)

TESOUREIRO GERAL

AQUEVIRQUE ANTONIO NHOLLA

Vice-Prefeito e Vereador de São João da Boa Vista
(1983 a 1992 e 1993 a 1996)

1º Tesoureiro

JOÃO EMÍLIO BUZZO

Prefeito de Mendonça - (1989 a 1992 e 1997 a 2000)

2º Tesoureiro

JOSÉ LUIZ RODRIGUES

Prefeito de Aparecida - (2001 a 2008)

3º Tesoureiro

MARIA ANTONIETA DE BRITO

Prefeita de Guarujá - (2009 a 2012 e 2013 a 2016)

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

JOSÉ BERNARDO ORTIZ MONTEIRO JÚNIOR

- Prefeito de Taubaté (2013 a 2016)

NEWTON RODRIGUES FREIRE - Prefeito de Gólio (1989 a 1992 - 2013 a 2016)

FLÁVIO CALLEGARI - Prefeito de Atibaia (1993 a 1996)

CONSELHO FISCAL

LAURO MICHELS SOBRINHO

- Prefeito de Diadema (2013 a 2016)

ROQUE JONER - Prefeito de Pratânia (1997 a 2004 - 2013 a 2016)

SILAS BORTOLOSSO - Prefeito de Osasco (1997 a 2000)

CONSELHO DELIBERATIVO

MARILENE MARIOTTINI

- Vereadora de Mogi-Mirim (1989 a 2008)

GERALDO ANTÔNIO VINHOLI - Prefeito de Catanduva (2013 a 2016)

LUIZ SOUTO MADUREIRA - Prefeito de Tietê (1988 a 1992)

Editorial



Marcos Monti
Presidente da APM

Estamos vivenciando um dos piores momentos de crise econômica deste século, e toda essa situação instalada atinge diretamente os municípios paulistas e consequentemente os municípios brasileiros.

As vezes pensamos que já atingimos o fundo do poço, porém tenho um amigo de diz “não existe situação ruim que não possa piorar”, e é essa sensação que invade os gestores municipais nesse momento. Todos que assumiram as administrações municipais para o quatriênio 2013/2016, poderão ser considerados os piores gestores em sua grande maioria, devido a falta de dinheiro e a estagnação da economia e a crise política, pois nesse quatriênio o PIB será negativo. Por todos esses fatores adversos os municípios paulistas através da APM – Associação Paulista de Municípios e Entidades Regionais lançamos o movimento “MUNICÍPIOS CONTRA A

CRISE”, com o objetivo de mostrar a sociedade e aos poder Executivos, aos poderes Legislativos, ao Judiciário, ao Ministério Pùblico e ao Tribunal de Contas do Estado, a penúria que passam as administrações municipais.

Estamos promovendo diversas ações para podermos atravessar essa crise, a primeira delas foi solicitar audiência aos poderes e instituições citadas acima para apresentar nossas dificuldades e juntos buscarmos soluções para esse momento.

O movimento teve inicio no dia 19 de agosto, na Assembleia Legislativa, onde fomos recebidos pelo Presidente Deputado Fernando Capez com a presença de centenas de prefeitos, após esse encontro fomos recebidos pelo Governador Geraldo Alckmin, no Palácio dos Bandeirantes, que mostrou-se sensível a todos os nossos problemas.

Da mesma forma já tivemos audiências com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Ministério Pùblico Estadual, temos agenda com o Tribunal de Justiça, sempre levando nossas preocupações, angustias e buscando através do dialogo encontramos soluções que possam trazer alento aos nossos municípios.

Apesar de toda mobilização através de movimento “MUNICÍPIOS CONTRA CRISE”, sabemos que a maioria das soluções está no Congresso Nacional, pois tudo o que o TCE e Ministério Pùblico faz é aplicar a legislação vigente, portanto se queremos minimizar nosso sofrimento, somente conseguiremos com um justo Pacto Federativo e uma melhor distribuição dos recursos tributários.

**REVISTA MUNICÍPIOS
DE SÃO PAULO**

OUTUBRO/NOVEMBRO 2015

CONSELHO EDITORIAL

Marcos Monti
Carlos Alberto Cruz Filho
Aquevirque Antonio Nholla

EDITOR E JORNALISTA

RESPONSÁVEL
Flávio Lamas

REPORTAGENS
Cláudia Canevalli
Warley Menezes

DESIGN GRÁFICO
Ana Paula Pereira
Danielle Constantino

IMPRESSÃO
Lince Gráfica e Editora
www.lincebr.com

Tiragem: 10.000 exemplares

FALE CONOSCO

Assinaturas, renovações e números atrasados:
(11) 2165-9999
apaulista@paulista.org.br

Comentários sobre conteúdo, sugestões, críticas e release:
imprensa@paulista.org.br

PUBLICIDADE

CEAME - (11) 3063-5775
ceame@ceame.com.br

Revista Municípios de São Paulo, não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos e matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.



José Renato Nalini
Presidente do Tribunal
de Justiça do Estado
de São Paulo

Educação é a saída

Por trás de um semblante afável e atencioso, como nos velhos tempos de professor de faculdade de Direito, se engana quem imagina que o dr. José Renato Nalini coloca panos quentes. Se não quiser saber, não pergunte. Se perguntar, terá respostas surpreendentes não apenas pela sinceridade – uma marca elogiada pelos amigos – mas principalmente pela posição que ocupa hoje: presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, órgão constituído por 56 circunscrições judiciais pelo interior do Estado, com 360 desembargadores. Ele comanda uma estrutura invejável, segundo o Wikpédia, o dicionário da internet, que qualifica o TJSP como o maior tribunal do mundo, se forem considerados além

dos desembargadores os juízes substitutos em segundo grau e os juízos convocados, totalizando mais de 700 magistrados. Calcula-se em torno de 18 milhões o número de processos em andamento nesta Corte.

Aos 69 anos, formado pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, dr. Nalini prevê um quadro complicado para a vida do brasileiro nos próximos anos, se não houver mudanças de rota. Mas ele não é daquelas pessoas que veem desgraça em tudo e aposta na criatividade dos brasileiros. Saída? A fórmula, na opinião dele, é aplicar recursos na educação.

O dr. Renato Nalini é o entrevistado especial desta edição da Revista APM.

Revista APM – Há uma tendência dos governos em amenizar as crises como uma forma de autodefesa. Os últimos índices econômicos são suficientes para comprovar o agravamento da situação?

Renato Nalini – Até os mais otimistas accordaram e perceberam que a crise não é marolinha. Está mais para tsunami.

APM – Quais consequências o Sr. prevê?

Renato Nalini -- Queda na arrecadação acelerada, pois à falta de dinheiro, o que primeiro se deixa de pagar é tributo. Quebra de empresas, desemprego, interrupção do pagamento de verbas já empenhadas. Recessão, estagnação, inflação. Maldição? Não. Falta de compostura mesmo. A construção civil vai começar a demitir. O dólar se perde de vista enquanto o real emagrece. As pessoas primeiro se livram do supérfluo e, em seguida, fazem cortes mais doloridos. Chegará à alimentação, que pesa no bolso dos brasileiros.

APM – Aí será o fundo do poço?

Renato Nalini – Os problemas se afloram e, dentro em breve, chegarão ao Judiciário. Inadimplência, falência, ruptura de contratos, quebra de compromissos. O desemprego fará com que aumentem as violências domésticas, o uso abusivo de drogas lícitas, a dependência às ilícitas. A Justiça da Infância e Juventude breve começará a sentir os efeitos do desastre, assim como a da Família. E, em seguida, aumentará a criminalidade. É fator conexo à tragédia econômica. Fato constatável, não futurologia.

APM – Bom, nesse caso temos um abismo pela frente. Que alternativas o Sr. vê?

Renato Nalini – O Brasil é um

celeiro de gente criativa, imaginosa e pronta a enfrentar desafios. Não é o momento de se formar uma corrente cívica de retomada dos valores que arrefeceram? Afinal, além das crises política, econômica, financeira, estrutural, na base de todas elas está a derrocada da moral.

APM – Sim, mas aí envolve conceitos, pessoas, governo...

Renato Nalini – Há muita gente capaz de seduzir o semelhante e mostrar a ele que o Estado é uma invenção humana, um aparato encarregado de fazer as pessoas felizes. Quando ele falha, cumpre ao povo assumir as rédeas da Nação e mostrar aos governantes que ele é capaz de gerir sua vida, de administrar seus negócios e de fazer as coisas voltarem ao seu lugar.

APM – Mas se pensar no bem comum, haverá sempre a necessidade de um poder com o objetivo de regrar situações.

Renato Nalini – No plano ideal, se os homens se respeitassem e se aproximassesem da “regra de ouro” de Chaïn Perelmann, o “amai-vos uns aos outros”, não haveria necessidade do poder. Verdade que estamos longe dessa utopia. Em lugar do “Estado Mínimo”, enxuto e eficiente, vimos no Brasil o Estado inflar-se e virar um monstro de mil e uma faces, todas elas sorvendo o suor do povo. Pagamos tributos de primeiro mundo e temos uma devolução de quinta classe.

APM – Talvez por isso seja cada vez maior o descrédito nos governantes?

Renato Nalini – Quando se assiste à cena de desalento contínuo, de falta de confiança nas instituições e no futuro, quem tiver juízo não pode ficar inerte. Pequenas coisas

podem ser feitas. Os pais podem ajudar a administrar a escola de seus filhos. No Japão, durante 15 minutos diários, as crianças ajudam a professora a limpar a classe. Nos finais de semana, os pais tomam conta do edifício e conservam aquilo que se faz necessário. Fazem grande faxina. Fazem a conservação dos jardins, território sagrado para um povo que não tem território.

APM – Falar em educação como alternativa não é voltar ao mesmo chavão de sempre?

Renato Nalini – A educação é a chave de todas as reformas. Um povo educado não precisa de tutores. Rege seu próprio destino, é protagonista e proativo. Por que não começar com a educação, capenga e sofável, com índices que nos envergonham perante a comunidade internacional?

APM – Como a educação tem de ser projeto de futuro, o que se pode fazer para hoje?

Renato Nalini – Está mais do que na hora de cada brasileiro de bem fazer um exame de consciência e indagar o que pode fazer pelo Brasil, em lugar de exigir que o Brasil faça tudo por ele.

APM – Mas parece que o brasileiro tem, culturalmente, a índole de deixar para o governo resolver os seus problemas.

Renato Nalini – Só cresce o moral de uma Nação quando ela enfrenta as dificuldades com criatividade, pioneirismo, força e coragem. Esse espírito indomável adoece e fenecerá se todos continuarem a esperar que o governo supra todas as necessidades e que merecem um tratamento dispensado a crianças ou a incapazes.

GIRO MUNICIPAL



Divinolândia

Recuperação de estradas

A Prefeitura vem realizando intenso trabalho de manutenção das estradas rurais. A última obra entregue foi a recuperação na estrada do Bairro Santo Ambrósio, incluindo o alargamento em alguns pontos. Preocupação justíssima: além de favorecer os moradores, leva-se em consideração a sua ligação com as áreas agrícolas.

Santa Barbara D'Oeste

Zero para o cerol

Palestras da Guarda Civil nas escolas orientam como brincar de pipa de maneira segura em Santa Bárbara D'Oeste. As ações de conscientização sobre as consequências do uso do cerol acontecem o ano todo. A palestra “Pipa Amiga: É no lugar certo e sem cerol” aborda a conscientização dos locais apropriados para prática da brincadeira, os benefícios pedagógicos de soltar pipa, a proibição do uso do cerol e a responsabilidade dos pais.

Socorro

Estado repassa R\$ 899,5 mil

O prefeito André Bozola assinou convênios com o governador Geraldo Alckmin para que Socorro receba repasses no valor total de R\$ 899,5 mil a serem utilizados na revitalização da Avenida Coronel Germano e da Rua Jorge José Farah. As obras contemplam recapeamento das ruas, paisagismo e calçadas novas. A obra da Rua Jorge José Farah, ao lado da Prefeitu-

ra, inclui a construção de um novo acesso para o Centro Administrativo, dotado de rampa acessível, além da construção de uma nova praça com fonte luminosa.

Lavrínhas

Cadastro Ambiental Rural

O novo prazo para inscrição no sistema de Cadastro Ambiental Rural do estado de São Paulo, o SiCAR-SP vai até 5 de maio de 2016, em Lavrinhas, já contemplando a prorrogação de um ano. A informação é da Prefeitura em comunicado aos proprietários e possuidores de imóveis rurais, com área igual ou menor que 4 módulos fiscais.

Paraibuna

Batata de 5 quilos

O produtor rural de Paraibuna Luiz Alberto Sales de Oliveira levou até a Casa da Agricultura uma batata doce de 5 quilos que foi colhida na propriedade Irmãos Sales, no Bairro Terra Seca. Segundo os técnicos, isso é inócum de acontecer, pois geralmente os produtores colhem a batata doce com 120 a 150 dias, pesando cerca de 300g. O mistério foi explicado: no caso desse produtor, essa batata foi “esquecida” no solo e, por se tratar de uma terra bem adubada, ele a encontrou com esse tamanho e peso.

Bertioga

Exposição de fotos

O evento Revela Bertioga, que este ano acontece entre 09 e 11 de

outubro, convoca fotógrafos, amadores e profissionais, para participar da exposição coletiva, com fotografias obrigatoriamente clicadas em Bertioga, com a finalidade de encontrar, selecionar e expor os talentos, além de mostrar as belezas naturais do município. Podem participar bertioguenses e frequentadores da Cidade, com fotografias profissionais e amadoras. O tema das imagens, como conceito, é o próprio Município, sobre qualquer ponto de vista. Poderão ser fotografias de paisagens, urbana, noturna, natureza, entre outras características.

Cajamar

Leva-Treco leva 70 ton

Com o objetivo de evitar que materiais sejam depositados em vias públicas, a Prefeitura de Cajamar disponibiliza o serviço “Leva-Treco”, com cronograma contínuo de segunda a sábado. Entre os itens mais recolhidos estão móveis抗igos, pedaços de madeira, metais, colchões, eletrodomésticos, entre outros objetos parados e inutilizados, que totalizam mais de 70 toneladas recolhidas por mês.

Ilha comprida

Obras requalificam a orla

Chegam a mais de 10% da totalidade as obras de Requalificação da Orla Marítima da Ilha. Em vários trechos, já estão sendo instalados canais de drenagem, novas calçadas e traçados da ciclovia. A obra atende a acessibilidade em toda a sua concepção. A requalificação é realizada em trecho de 3,2 km entre a Rua Rio de Janeiro, no balneário Adriana, até a Rua Tijuana, no Balneário Monte Carlo. Investimentos de R\$ 39,1 milhões e com prazo de 18 meses para sua finalização.



Palmital

Mais 148 casas

A Prefeitura de Palmital e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano - CDHU entregaram as 148 moradias do Conjunto Habitacional "Padre Inocente Osés". O novo conjunto habitacional, localizado no Bairro São José é composto por casas dois e três dormitórios, sala, cozinha, banheiro e área construída de 56,67 m² e 66 m².

Dracena

Usinas solares

O prefeito José Antonio Pedretti enviou projeto de lei para a Câmara Municipal visando à concessão de isenção de ISSQN para as empresas darem continuidade aos serviços voltados à construção das quatro usinas solares em Dracena. A Prefeitura deu todo o suporte necessário para a vinda das quatro usinas solares e continua apoiando a instalação das usinas.

Pereira Barreto

Redutores de velocidade

A Prefeitura da Estância Turística de Pereira Barreto construiu dois redutores de velocidade, as

populares lombadas, próximo à escolas do município. Um dos redutores foi construído na Rua Rodrigues Alves, entre as ruas Fauzi Kassin e Ary Dornellas Carneiro, em frente a EMEI "Profª Assumpta Scatena Garcia". O outro redutor foi construído na Rua Dermival Franceschi, entre as ruas Ary Dornellas Carneiro e Fauzi Kassin, em frente a Escola Infantil Santo André.

Votuporanga

Criminalidade baixa

O prefeito de Votuporanga, Junior Marão, inaugurou o Centro Integrado de Monitoramento, instalado na Secretaria de Trânsito, Transporte e Segurança. A cerimônia marcou o início do calendário de aniversário dos 78 anos do município. Para melhorar a segurança, foram feitos investimentos importantes: a implantação da Atividade Delegada, que ocorreu há um ano, e sistema de monitoramento.

Guaraci

80% vacinados

A Prefeitura de Guaraci informou que 421 crianças foram vaci-

nadas contra a poliomielite no "Dia D" de vacinação. Esse número representa 80% do que foi preconizado pelo Ministério da Saúde para a cidade, onde deveriam ser vacinadas 621 crianças. Além da vacina contra a paralisia infantil para as crianças de seis meses até cinco anos, os pais devem levar a caderneta para a atualização de todas as outras vacinas.

Birigui

Entorpecentes não!

A Guarda Civil Municipal (GCM) de Birigui vem realizando várias ações em diferentes regiões da cidade em combate ao uso de entorpecentes. Segundo a Guarda, durante os oito meses de 2015 foram realizadas 12 apreensões de drogas.

Pompeia

Investimentos na água

O prefeito Oscar Yasuda anunciou uma grande conquista para Pompeia: recursos na casa dos R\$ 5,5 milhões para as obras de modernização da rede de abastecimento de água de todo o município.

Botucatu

lodo do esgoto vira adubo

A Sabesp realiza obras em Botucatu para ampliar o sistema que seca e transforma o lodo do esgoto em adubo. O projeto inovador já funciona desde o final do ano passado e agora a companhia instala um novo galpão para manutenção e armazenamento do composto de lodo, o que garantirá mais segurança e qualidade na operação. Os investimentos das obras complementares são de R\$ 550 mil, com previsão de conclusão para este mês. Capacidade para processar até 25 toneladas de lodo por dia.

Ser do interior



Nos feriados prolongados quando os helicópteros dos noticiários das TVs mostram as imensas filas de carros de pessoas deixando a Capital, algo sempre me diz que todo mundo, na verdade, é do interior. Mesmo que nele não tenha nascido. E o fascínio que isso embute não se derrama apenas aos nativos que buscam suas cidades, muitas vezes plantadas em lugares escondidos nos rincões. Tenho certeza que na imensa fila de veículos estão inúmeros paulistanos natos e hereditários que, simplesmente, se dirigem ao interior em busca de paz para alimentar bons momentos.

Eu, que nasci num interior profundo, na profunda Amazônia, tenho vivido de forma marcante a dicotomia do estar nos pequenos e nos grandes centros. Afinal, não só já morei nas duas maiores cidades brasileiras, como passei temporadas quase longas em algumas metrópoles do mundo. É por isso que se os câmeras das estações de TV que focalizam as debandadas dos feriadões fizerem zoom sobre algum dos carros, poderão me encontrar, firme e forte, na busca do rumo certo...

Certamente não falarei aqui sobre vantagens e desvantagens de morar neste ou naquele lugar. Porém, sobre o que posso exercitar algum tipo de reflexão é o quanto, ao fim e ao cabo, significa, para quem de lá saiu, voltar ao interior; ou no que realmente representa para quem mora, digamos, na Capital paulista, se refugiar de vez em quando em pequena cidade num pé de serra. Quem sabe um vale

através no qual corra um desses riachos que se tornam caudalosos para navegações espirituais que alimentam sensibilidades. Disso se dizia, nos velhos tempos, que é nessas águas que se lavam as almas...

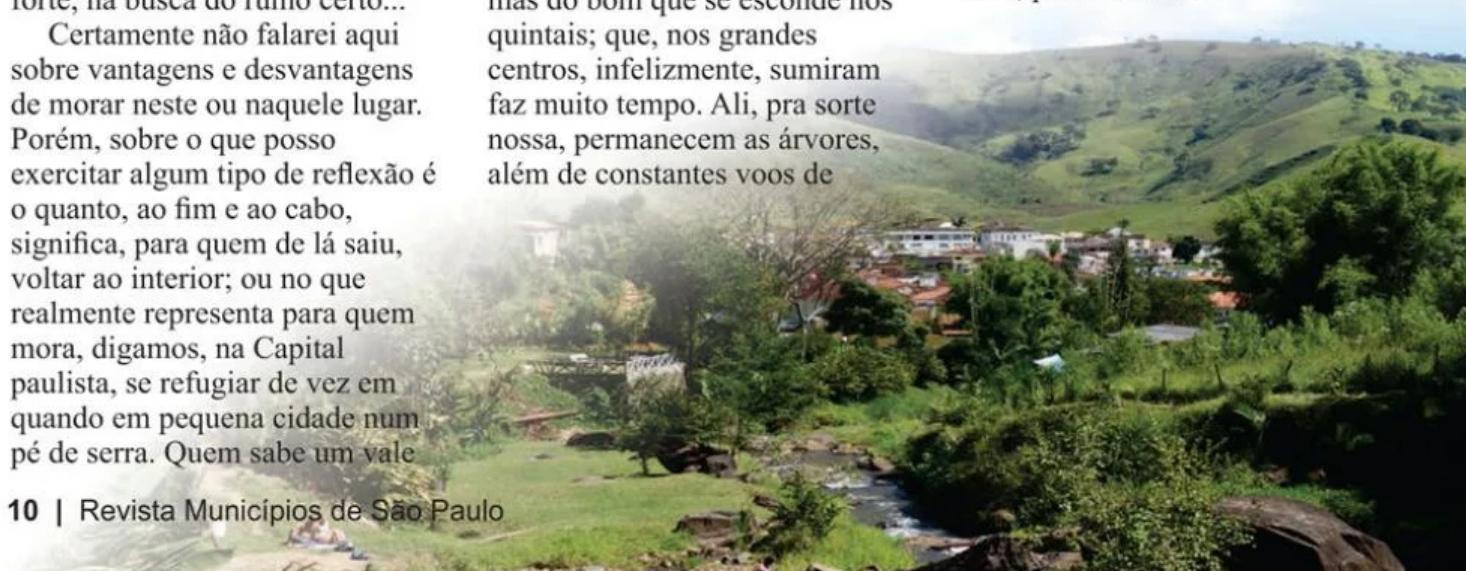
Ora, amigos, vamos falar a verdade, é nas pequenas cidades do interior, onde os bons ventos fazem a curva, que reencontramos ternuras que julgávamos perdidas. Que podem se refletir em situação bem simples como ver um grupo de senhores idosos a prosear num banco de praça, ou no singelo badalar de sino d'alguma capela; só a visão do cruzeiro da cúpula é aceno de conforto e esperança até para quem não tem fé.

Andando nesses rincões revemos o que de melhor permanece dentro de nós. Por ali estão casas que são como deveriam ser todas as casas, cobertas por telhados que são como deveriam ser todos os telhados, e habitadas por pessoas que são como deveriam ser todas as pessoas. Na rua silenciosa o velho muro coberto de heras dá não só a dimensão das idades, mas do bom que se esconde nos quintais; que, nos grandes centros, infelizmente, sumiram faz muito tempo. Ali, pra sorte nossa, permanecem as árvores, além de constantes voos de

pássaros; sem falar dos cantos que soltam entre folhas, galhos e frutos.

Nas praças das cidadezinhas, amigos, o que está embaixo, nos jardins que as enfeitam, convida a que, também, olhemos para o alto. Pelo interior de qualquer Estado brasileiro o azul do céu permanece e, neles, os tufo de nuvens brancas são mais brancos, dado que passam como oferenda, como enfeites; e menos como acidentes que enriquecem dados meteorológicos.

Depois, temos as noites. Que, se foram feitas para resguardar amores, concentram, por isso mesmo, aromas de certas flores que só exalam perfumes depois do crepúsculo. Por fim, estando num desses lugares tão caros a tudo de bom que resta, lembre-se, de madrugada, de observar o céu. Pra que? Ora, apenas para redescobrir as estrelas. Que, lá de cima, dimensionam o quanto podemos ser pequenos. Porém, com grandeza para guardar nos peitos todo um universo de belezas. Recapturadas quando se buscam os rincões, por um fim de semana ou feriadão que seja. As coisas boas da vida são mais valiosas depois que as perdemos... Óbvio? Até pode ser. Mas, pense nisso...





Municípios fazem cruzada contra a crise

Por Warley Menezes

A espiral da crise econômica brasileira revelou sua face mais dramática: atingiu em cheio os municípios. O resultado é o pior possível – o dinheiro para a saúde é insuficiente para atender a demanda, que cresce a cada dia, o desemprego aumenta, as vendas do comércio caem e os impostos também sofrem uma queda. A pressão recai principalmente sobre os prefeitos, que encontraram na Associação Paulista de Municípios um meio de reação. É o movimento Municípios Contra a Crise, que une os prefeitos em busca de alternativas junto à Assembleia Legislativa, governo do Estado, Tribunal de Contas do Estado e governo federal.



Prefeitos se unem contra a crise

Mobilizados pela APM, municipalistas mostram força e obtêm apoio da Assembleia Legislativa e do governador Geraldo Alckmin

A crise econômica brasileira atingiu em cheio os municípios: os orçamentos, que já eram insuficientes para atender a todas as demandas, agora estão sendo achatados mais ainda por redução do repasse do governo federal. Resultado disso é o comprometimento dos serviços à população. Mas a reação a isto começou em agosto, quando prefeitos, liderados pela Associação Paulista de Municípios (APM), fizeram uma grande manifestação na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e no Palácio dos Bandeirantes.

Contando com o apoio de deputados estaduais, a mobilização foi marcada no dia 19 com o movimento “Municípios contra a crise”. O auditório Paulo Kobayashi, na Alesp, ficou lotado com a presença de presidentes das enti-

dades regionais municipalistas e cerca de 300 autoridades, entre prefeitos, vice-prefeitos e vereadores. “É impossível governar um município que sofreu ao longo dos anos uma transferência enorme de responsabilidade e

uma melhor e mais justa forma de as prefeituras participarem na divisão do bolo dos tributos no Brasil.

Em meio aos trabalhos da casa legislativa, vários deputados estaduais reservaram espaço na agen-



não se transferiu na mesma proporção os recursos”, destacou o presidente da APM e prefeito de São Manuel, Marcos Monti. Com o sinal vermelho ligado para todas as cidades, o dirigente reforçou ainda a urgente necessidade de reformulação do pacto federativo, garantindo

da para prestigiar e apoiar a mobilização dos prefeitos. O presidente da Assembleia, deputado Fernando Capez, compôs a mesa da reunião e firmou compromisso de lutar em conjunto pelas principais reivindicações dos municipalistas. “Lutem, mas estejam unidos. O segredo do resultado está

em união, discussão e ação. Tem faltado este último. Temos que aproveitar este movimento para liderar definitivamente uma ação efetiva", afirmou.

Prefeitos de diferentes regiões do Estado discursam sobre a crise que afeta suas cidades. Eles lembraram que é nos municípios que os cidadãos vivem, que os repasses dos governos Estadual e Federal são cada vez menores e as obrigações com saúde e educação, por exemplo, são maiores. Eles também fizeram duras críticas à judicialização e às decisões impostas

por alguns promotores do Ministério Público, que não levam em consideração a difícil realidade econômica e financeira dos municípios.

Entre os parlamentares que se solidarizaram e endossaram na tribuna os reclamos dos municipalistas estavam os deputados Celso Giglio, Welson Gasparini, Orlando Morando, Itamar Borges e Abelardo Camarinha. Também estiveram presentes os deputados Pedro Tobias, Mauro Bragato, Carlão Pignatari,

Ricardo Madalena, Orlando Bolçone, Roberto Morais e Jorge Caruso. A deputada Vanessa Damo justificou sua ausência.

Governo do Estado

Após discussões e análises para enfrentar a crise, uma comitiva do movimento deixou a Alesp e foi recebida pelo governador Geraldo Alckmin, no Palácio dos Bandeirantes. Na audiência foram expostos os desafios atuais dos municípios e o governador se comprometeu a atender os pedidos dos prefeitos (veja os detalhes nas páginas 16 e 17).



Hora de mudança: tratamento do Tribunal de Contas com os prefeitos

Diane de tantas injustiças e excessos contra os municipalistas, classe política reivindica bom senso e flexibilização na legislação

Injustiças e excessos no tratamento do Tribunal de Contas do Estado em relação aos prefeitos. Esta é uma reclamação constante dos municipalistas e que tem total apoio de parlamentares em São Paulo. Desta forma, a cobrança por bom senso do TCE também foi alvo de debate no encontro do movimento “Municípios contra a crise”, na Assembleia Legislativa.

Inconformada, a classe política paulista pede uma mudança nas normas de julgamento das contas de câmaras e prefeituras. “Vamos rever qual a base legal destas multas aplicadas pelo Tribunal de Contas. Se o TCE aplica a lei e ela está gerando injustiça, a lei foi mal feita. Por isso, a lei precisa ser modificada”, afirma o presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, deputado Fernando Capez. “Temos que fazer um estudo sobre isso. Se precisar, vamos fazer uma PEC ou um projeto de lei. Vamos revisar todos os dispositivos que estejam na competência da Assembleia e que estejam atrapalhando de maneira injusta o andamento das Prefeituras”, completa.

Em busca de uma solução, o presidente da Alesp agendou para 17 de setembro uma reunião com representantes do Tribunal de Contas do Estado, visando debater a questão da análise das contas dos municípios, que, por vezes, são rejeitadas por erros formais, facilmente evitáveis. Além da discussão de outros temas, o encontro contaria também com a presença do presidente do Tribunal Regional Eleitoral, com o objetivo de abordar a judicialização da política.

Promotor de Justiça há 28 anos, Capez destaca que é preciso conhecer o problema e solucioná-lo urgentemente. “Temos que saber quais os pontos que estão gerando mais rejeição de contas, imposição de multas e impugnação de mandatos. O debate é importante para encontrarmos caminhos de como superar isso e como flexibilizar a legislação para os prefeitos, que, muitas vezes pela falta de estrutura, incorreram num vício formal”, cobra. “Mas em sua maioria é um vício formal que não trouxe prejuízo algum, que não figura uma desonestade.



Presidente da APM, Marcos Monti

Porém, como o vício é formal, muitas autoridades dizem que estão apenas cumprindo a lei, que não é um problema delas e ponto final. Só que a lei não é para ser cumprida em seu sentido literal, uma lei é para ser interpretada de acordo com os princípios da Constituição e com a finalidade maior, que é o bem comum”, analisa Capez.

O presidente da APM, Marcos Monti, reforça que é necessário o bom senso neste momento generalizado de crise. “Não desejamos que o Tribunal pare de julgar as contas, mas o TCE e seus conselheiros têm que se sensibilizar com este momento pelo qual passa o País e consequentemente as prefeituras”, argumenta. “Lógico que se há má fé e for comprovado, que ocorra a punição. Porém, na maioria dos casos não existe má fé. É que houve uma queda na arrecadação e principalmente do custeio. Se compararmos os primeiros sete meses de 2014 com 2015, o aumento do custeio em média foi de 30%”, destaca Monti.

Por um novo pacto federativo

Prefeitos e parlamentares cobram revisão na atual distribuição de receitas e competências entre União, estados e municípios

Um tema que também ganhou força no movimento “Municípios contra a crise” foi a necessidade de mudança no atual pacto federativo do País. As alterações pretendidas pelos defensores desta reforma fazem parte da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 47/2012, que visa reduzir o âmbito de competências privativas da União e, paralelamente, ampliar a competência estadual na via da legislação concorrente, sobretudo em assuntos referentes à trânsito e transporte, propaganda comercial, normas processuais, direito agrário, diretrizes e bases da educação, normas de licitação e contratação feitas pela administração pública.

Outra expectativa com a revisão do pacto federativo é promover uma divisão mais justa do bolo dos tributos no Brasil. “O primeiro passo para tentarmos amenizar a crise se chama novo pacto fede-

tivo, mas que, na verdade, seria o primeiro, pois o País nunca teve um realmente. Hoje a União fica com boa parte das contribuições”, reclama o prefeito de Campinas, Jonas Donizette, presente no movimento do dia 19 de agosto, na Assembleia Legislativa de São Paulo.

“O primeiro ponto é criar um pacto federativo no qual o município não se furta a cumprir com suas obrigações, mas que tenha recurso adequado para prestar o serviço que a população espera dele”, cobra Donizette. O prefeito de Campinas lembra ainda que a realidade atual apresenta uma desigual concentração no bolo tributário nacional: a União com escandalosos 70%, os Estados com 25%, ficando os municípios de todo o País com minguados 5% da arrecadação.

Contando com o apoio de par-

lamentares de outros estados, o presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, deputado Fernando Capez, também espera pela reforma para garantir mais autonomia aos legislativos estaduais em questões que são hoje privativas da União. “Há o pacto federativo, mas, na verdade, vivemos um estado unitário, que concentra a maior parte dos recursos na União, inclusive no que toca o Legislativo. Certas questões consideradas nacionais deveriam ser discutidas em âmbito estadual. Como pode uma mesma lei tratar de realidades tão diferentes quanto a de estados como São Paulo, Amapá ou Roraima”, questiona Capez. “Chega desta farsa que é o Brasil, uma falsa federação. Estamos discutindo a transferência de competências do Congresso Nacional para os Estados”, conclui o presidente da Alesp.

Presidente da APM, Marcos Monti e Prefeito de Campinas, Jonas Donizette





Alckmin firma compromisso com reivindicações de prefeitos

Governador recebe comitiva liderada pela APM e promete empenho para atender importantes solicitações dos municípios

Em mais um importante passo na luta contra a situação de extrema penúria das cidades, a Associação Paulista dos Municípios participou de uma importante audiência com o governador Geraldo Alckmin, no Palácio dos Bandeirantes. No encontro, que contou com uma comitiva formada por prefeitos que participaram do movimento “Municípios contra a crise”, o governador se comprometeu a atender as três principais reivindicações: a ampliação da cesta de remédios do programa Dose

Certa, a aceleração nos convênios assinados e isenção do pagamento do ICMS para as compras municipais.

O presidente da APM, Marcos Monti, expôs na audiência os atuais desafios dos municípios e entregou a pauta estadual com suas prioridades. “O governador sabe que neste momento o importante é buscarmos, juntos, soluções para que a população não seja prejudicada. O comprometimento dele será fundamental para darmos início às mudanças”, disse Monti.

Sensível à crise que colocou a

maioria das prefeituras em estado de alerta, o governador garantiu que se esforçará para ampliar os itens e a quantidade de medicamentos da cesta do programa Dose Certa, que distribui gratuitamente uma lista de remédios aos municípios. Os prefeitos cobram ainda a pontualidade na entrega, já que os atrasos se tornaram constantes e afetam drasticamente o atendimento.

Com igual celeridade, Alckmin se comprometeu a providenciar um estudo técnico que ampare a isenção de ICMS das compras municipais. “Esta mudança depende do Congresso

por ser uma legislação nacional, mas pedimos o apoio do governador porque representará um ganho nos cofres públicos. Imagine a sobra significativa de dinheiro que as prefeituras teriam para atender suas demandas se tudo que comprassem não incidisse o ICMS, como contas de energia e telefone, equipamentos e vários outros itens”, destacou Monti.

Acompanhado pelo chefe da Casa Civil do Estado,



Governador Geraldo Alckmin e o Presidente da APM, Marcos Monti



Edson Aparecido, o governador também firmou compromisso de acelerar a liberação de emendas e convênios com o Estado. “O convênio assinado não tem razão para ficar parado, já que depois de assinado o dinheiro está empenhado, não pode ser gasto para outro fim”, reconheceu. Alckmin assegurou ainda que irá se reunir com os conselheiros do Tribunal de Contas para debater o trata-

mento rigoroso e sem bom senso contra as prefeituras.

Pasep

O governador sugeriu que os prefeitos acrescentem na pauta de trabalho a luta pela isenção da cobrança do Pis/Pasep (Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público) aos municípios, que

são obrigados a contribuir com 1% de sua receita corrente líquida. O argumento de governadores do País é que, quando foi criado, o Pasep era um direito dos servidores públicos, que foi extinto após a Constituição de 1988. O senador José Serra calcula que, com a alteração, estados e municípios deixarão de desembolsar quase R\$ 4 bilhões anualmente em favor da União.





APM propõe uma pauta federal

Propostas serão entregues em parceria com entidades municipais, nacionais; Prefeitos fazem também reivindicações para outros órgãos do Estado

Além das prioridades apresentadas para o governo estadual, a Associação Paulista de Municípios formulou pautas de reivindicações que serão entregues na esfera federal e também para outros órgãos do Estado de São Paulo. O conteúdo dos documentos foi anunciado durante o movimento “Municípios contra a crise”. “Após reuniões com representantes regionais, construímos pautas que contemplam todos os municípios e não somente uma ou outra região”, destacou o presidente da APM, Marcos Monti.

Uma das pautas proposta para o governo federal e parlamentares é o pedido de urgente aprovação da nova legislação do ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza), que já está tramitando no Congresso Nacional e aumenta a base de alíquotas do imposto. Os prefeitos também reivindicam uma nova emenda constitucional para pagamentos de precatórios. O terceiro assunto se refere à posição contrária à atual “pauta bomba” da Câmara, como são chamados projetos que geram gastos públicos e que estão na contramão do ajuste

fiscal. A proposta cria custos adicionais para a União e também para Estados e municípios. “Não se pode mais permitir que o Congresso vote piso salarial sem consultar os municípios, porque isto afeta diretamente os nossos orçamentos”, justificou o presidente da APM.

Segundo Marcos Monti, como a maioria das reivindicações depende do Congresso Nacional, as pautas serão apresentadas em conjunto com as entidades municipalistas nacionais - Confederação Nacional dos Municípios, Frente Nacional de Prefeitos e Associação Brasileira de Municípios.

Para o Tribunal de Contas do Estado, os pedidos são: bom senso no julgamento das

contas dos municípios, levando em consideração a situação de crise do País e o esforço de gestão dos prefeitos; e revisão no critério das multas aplicadas aos gestores públicos. “Já no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, temos que debater a judicialização da saúde, educação e assistência social, fato que tem afogado os cofres municipais. Buscaremos também melhorar o relacionamento do TCE com os municípios para garantir um diálogo mais franco”, afirmou Marcos Monti, anunciando ainda que outro foco será aperfeiçoar a relação institucional do Ministério Público-SP com o executivo municipal.



Presidente da AMA, Jurandir Barbosa de Moraes, Prefeita do Guarujá, Maria Antonieta de Brito e o Presidente da APM, Marcos Monti

Fala Prefeito!



*Marco Rocha,
Prefeito de
Regente Feijó*

“Precisamos despertar a atenção do governador do Estado e das grandes lideranças políticas deste País, para que eles tomem definitivamente uma posição em defesa da sociedade e dos municípios, que se encontram em estado de insolvência e eminência de abaixar suas portas. Estamos arrebatando o tesouro municipal para atendimento da saúde, uma vez que a nossa responsabilidade legal é de gastar 15% do orçamento com a saúde e a maioria investe mais de 30%. É preciso uma intervenção do governo”.



*Cátia Lorijola,
Prefeita de
Bálzano*

“Com os valores que recebemos de repasse atualmente, não estamos conseguindo manter os serviços essenciais de nossas cidades. Temos que pegar as prioridades das prioridades para tentar não cortar as coisas que são realmente essenciais. Se nada for feito, seremos considerados a pior leva de prefeitos que já passou por nossos municípios”.

Para entender de fato a proporção da crise, a Revista Municípios procurou quem está enfrentando o problema no dia a dia: os prefeitos. Eles lembram, por exemplo, que o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) foi reduzido ao extremo. Trata-se de uma verba essencial para as cidades. E as emendas parlamentares estão atrasadas desde 2013. O resultado é a crise na saúde, na educação, na falta de obras. Como lembra um dos prefeitos, os moradores dos municípios não sabem disso. Conclusão: acabam culpando os prefeitos.



*Elias Pereira,
Prefeito de
Tarabai*



*Virgílio do Amaral,
Prefeito de
Borborema*

“A queda nos repasses nos deixou inadimplentes, principalmente para uma cidade pequena como a nossa, que depende muito destas verbas do governo. Não conseguimos mais cumprir com as nossas obrigações, principalmente na saúde, educação e folha de pagamento. Chegamos ao fundo do poço. No caso de emendas, por exemplo, tenho direito a três ônibus escolares do MEC, mas a União alega que não tem dinheiro para comprá-los”.

“Acredito que esta manifestação com os prefeitos está sendo até meio tardia, porque a situação do Brasil hoje está muito complicada. E isso estoura onde? Nos municípios. Temos emendas parlamentares de 2013 que ainda não foram repassadas. Precisamos de saúde. Temos que investir bem acima dos 15% estipulados por lei, gastando 31, 32% do orçamento. Se fala de 25% na educação, mas quero ver o prefeito que só gasta isso”.



*Ari Kinor,
Prefeito de
Apiaí*

“A crise não está no Brasil, ela está nas cidades. O cidadão mora no município e quem perde com isso é o cidadão. Infelizmente, os municípios hoje estão praticamente todos quebrados. Não há recursos suficientes para saúde e educação. Não tem sentido a maior parte do que se arrecada no País ficar em Brasília. Onde estão as escolas, hospitais e estradas? São nos municípios. Então estas verbas têm que estar onde mora o cidadão”.



*José Lúcio Cauneto,
Prefeito de
Presidente Bernardes*

“Esta manifestação é muito importante para mostrarmos ao Tribunal de Contas e promotores que não são os prefeitos que estão errados. Não estamos conseguindo cumprir com o que é posto para nós. O repasse diminuiu. Na educação, por exemplo, recebi R\$ 140 mil a menos. Na saúde, cerca de R\$ 200 mil a menos. No leite que você deveria receber 800 e poucos litros, vêm 400. Eles erram lá em cima, mas para a população o culpado é o prefeito”.



*Armando Beleze,
Prefeito de
Bernardino de
Campos*

“Já deveríamos ter feito esta manifestação há muito tempo, porque é um movimento que une as forças dos municípios, principalmente as cidades menores como a nossa. O FPM (Fundo de Participação dos Municípios) foi reduzido demais. Estamos passando por uma dificuldade muito grande. Temos lá emendas parlamentares para servir de recape, mas não conseguimos a liberação. O morador não sabe disso, não entende e acaba culpando o prefeito”.



*José Carlos Soave,
Prefeito de
Bocaina*

“Somando forças esperamos mudar a situação. Neste momento em que o dinheiro é pouco, a logística do governo de como usar as verbas precisa ser melhor e mais adequada. Não concordo, por exemplo, que o governo libere asfalto para o município vizinho que tem um piso de asfalto relativamente bom e não é prioridade, enquanto eu não consigo arrumar uma ambulância para o meu município”.



*Cristina Ghizzi,
Prefeita de
Itararé*

“Viemos aqui na Assembleia Legislativa com a certeza de que este encontro com centenas de prefeitos nos auxilie na luta contra a crise. Precisamos neste momento de um maior apoio dos governos estadual e federal. A entrega da pauta de reivindicações no Palácio dos Bandeirantes só tem a fortalecer este movimento e temos a certeza que o governador irá nos atender em algumas situações de extrema importância para os municípios”.



*José Célio Campos,
Prefeito de
Murutinga*

“Este movimento da APM é muito importante. Temos que vir e nos manifestar, porque a população cobra isso. Lá no município onde vive, o povo não quer saber o que está acontecendo, ele quer saber as definições. Pelo tempo que tenho de vida pública é a pior situação atravessada pelo País. Nossos repasses diminuem, os remédios e outros recursos são cortados. Nem pedimos o ‘novo’, a gente reivindica pelo menos o acerto do que já foi ganho com emendas, mas até agora nem um sinal de repasse”.



*Manoel Possidônio,
Prefeito de
Platina*

“Temos que nos unir para ver se conseguimos uma solução, porque os municípios estão pagando a conta desta crise, arcando com a maioria das despesas. Estou no meu quarto mandato e sempre administrei com muita responsabilidade, mas, sem os repasses, a situação é muito crítica. Oferecemos uma merenda de qualidade para os alunos das escolas estaduais, mas o Estado repassa apenas R\$ 0,30, enquanto o restante fica para o município. Esperamos que o governador nos socorra”.



*Manoel Pereira
dos Santos,
Prefeito de São
João do Pau D'Alho*

“Esta manifestação possibilita uma troca de ideias para tomarmos decisões que serão importantes para os prefeitos. A dificuldade é muito grande, principalmente para cidades pequenas como a nossa, distante dos grandes centros e que exige muitos recursos dos governos para saúde, educação e agricultura. Neste momento de crise é a prefeitura que tem de socorrer, mas, as obras e outras atividades ficam paradas sem os devidos repasses”.



*Antônio Del
Ben Júnior,
Prefeito de
Cerquilho*

“Todos os prefeitos estão passando por dificuldades, mesmo os mais experientes e de outros mandatos. Eles contam que nunca vivenciaram uma situação tão crítica. Temos que unir forças para reivindicarmos mudanças que realmente façam os municípios serem viáveis. Entendo que a prefeitura é o órgão mais adequado para atender e entender as necessidades da população, mas estão sendo repassadas obrigações que fogem da nossa alçada e sem os recursos para enfrentarmos tal situação”.



*Guilherme
Belarmino,
Prefeito de
Barra Bonita*

“Agora é uma época de enfrentamento para todos os municípios e governos de estado. Temos que deixar toda a população ciente dos problemas que o País, enquanto conjuntura nacional, está sofrendo. Não é o prefeito A, B ou C que está tendo dificuldade, é todo um sistema. Precisamos ter atitude para honrarmos o compromisso com a população. Se não tivermos uma ação emergencial dos governos estaduais e federal, os municípios até o final do ano vão parar”.



*Nego Pulicci,
Prefeito de
Guapiaçu*

“Esta crise não vem dos municípios, vem dos governos estaduais e federal. A população, muitas vezes, não sabe o que está acontecendo. O repasse está defasado e é o que vem prejudicando a maneira de administrarmos, principalmente nas áreas de educação e saúde. Tenho quatro mil crianças para oferecer merenda escolar e o Estado dá somente R\$ 0,30, enquanto gastamos mais de R\$ 1,50. O governo precisa rever isso. O município é o braço direito dos governadores”.



*Deo Marino,
Prefeita de
Bariri*

“Acredito que neste momento a causa municipalista é uma das mais importantes para o País, porque só por meio da união de forças que teremos peso suficiente para alcançar os objetivos, que são coletivos. Debatendo os problemas semelhantes de diversos municípios, chegamos a conclusão que acima de qualquer interesse político está o interesse da população. É preciso agir em grupo, com uma visão moderna de movimentação política para fazer valer o nosso direito e dos cidadãos”.

Galeria de fotos



MUNICÍPIOS CONTRA A
CRISE



Prefeito de São Manuel e presidente da APM, Marcos Monti



Deputado Fernando Capez, presidente da Assembleia Legislativa



Deputado estadual Celso Giglio



Prefeito de Nova Aliança e presidente da AMA (Associação dos Municípios Araraquarense), Jurandir Barbosa de Moraes (Jura)



Prefeita do Guarujá e 3ª Tesoureira da APM, Maria Antonieta de Brito



Deputado estadual Itamar Borges



Prefeito de Espírito Santo do Turvo e presidente da Ummes (União dos Municípios da Média Sorocabana), João Adirson Pacheco



Prefeito de Itapuí, José Eduardo Amantini



Deputado estadual Orlando Bolçone



Deputado estadual Orlando Morando



Prefeito de Altinópolis, Marco Ernani Hyssa Luiz (Nanão)



Deputado estadual Abelardo Camarinha

Deputado estadual Welson Gasparini



Prefeito de Macatuba, Tarçisio Abel

Prefeito de Itatiba, João Gualberto Fattori



Deputado estadual Ricardo Madalena



Prefeito de Casa Branca, Ildebrando Zoldan



Prefeito de Leme, Gu Zanobia



Prefeito de Santa Cruz do Rio Pardo, Otacílio Parras Assis



Prefeito de São Sebastião e presidente do Codivap (Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba), Ernane Primazzi



Tesoureiro Geral da APM, Vice-prefeito e Vereador de São João da Boa Vista, Aquevirque Antonio Nholla



Lideranças municipalistas unidas em busca de alternativas para enfrentar a crise

APM abre canal com o MP

A agenda do movimento “Municípios Contra a Crise” já conseguiu um importante resultado: a abertura de um canal direto entre a Associação Paulista de Municípios e o Ministério Público para a análise informal de casos pontuais, em busca de possível avaliação, sem interferir nos deveres constitucionais e autonomia das autoridades. Isso foi possível durante audiência da Diretoria da APM, acompanhada de presidentes de entidades regionais, na sede do Ministério Público do Estado, onde foram recebidos em audiência pelo Procurador-Geral de Justiça, Dr. Márcio Elias Rosa, que estava acompanhado de seus auxiliares diretos. “Trata-se de um avanço e uma sinalização clara na busca de entendimento harmonioso e republicano”, comentou o presidente da APM, Marcos Monti.

Na ocasião da audiência, o Pre-

sidente Marcos Monti expressou o sentimento do municipalismo paulista de respeito ao trabalho exercido pelo M.P., enaltecendo a aproximação que o encontro proporcionava, afirmando a necessidade de estabelecermos um diálogo.

Por sua vez, o Dr. Márcio Rosa, ao tecer considerações acerca da legislação e das funções constitucionais do M. P., considerou oportuna e importante a necessidade de diálogo, estabelecendo um canal direto e desobstruído entre a APM e a Chefia de Gabinete do Ministério Público, para a construção de uma respeitosa interlocução.

Os frutos desse encontro das lideranças municipalistas com o Ministério Público foram tão promissoras que, poucos dias depois, o presidente Marcos Monti enviou ofício ao dr. Márcio Rosa agradecendo pela acolhida.

“Embora vivamos em um estado democrático de direito, a constante busca do aperfeiçoamento de nossas instituições e, principalmente, nossa legislação, nos faz buscar o diálogo e o entendimento”, ressaltou. “Nesse sentido foi importante para nós esta audiência, pois identificamos absoluta convergência de entendimento acerca dos necessários ajustes no ordenamento jurídico pátrio, para eliminar graves distorções que prejudicam o bom desempenho das gestões municipais”.

Por isso, Marcos Monti elogiou o estabelecimento de um canal direto e desobstruído entre a APM e o MP. “Nesse momento de crise que atinge em cheio os municípios, o diálogo é essencial para a solução de eventuais problemas da maneira mais harmônica e prática possível”, completou.





APM apoia Projetos de Lei que alteram alíquotas do ICMS

As prefeituras do Estado de São Paulo poderão ter um reforço de caixa da ordem de R\$ 515,8 milhões para o ano que vem se a Assembleia Legislativa aprovar Projetos de Lei do Governador Geraldo Alckmin que alteram as alíquotas do ICMS de produtos supérfluos (cigarros e cervejas) e reduz de produtos da cesta básica.

Os Projetos de Lei que já tramitam na Assembleia Legislativa foram apresentados às lideranças municipalistas (diretoria da Associação Paulista de Municípios – APM - e presidentes de entidades regionais municipalistas) em reunião com o governador, acompanhado pelo Secretário-chefe da Casa Civil, Edson Aparecido e pelo Secretário da Fazenda, Renato Vilella. Ao final da reunião, prefeitos e lideranças anunciaram o apoio formal às medidas e informaram que nos próximos dias enviarão moções aos 94 deputados estaduais, solicitando a aprovação em regime de urgência. Somente com esta aprovação agora em 2015 as leis entrarão em vigor já para o exercício de 2016.

Cerveja e cigarro terão aumento, mas reduz da cesta básica

“Esses Projetos de Leis são essenciais principalmente neste movimento de crise na economia e resultarão em um reforço fundamental para os caixas das prefeituras, que estão em situação de completa penúria”, acentuou o presidente da APM, Marcos Monti, prefeito de São Manoel. Para ele, são

medidas como estas que as lideranças municipalistas esperam contar em todas as esferas de Governo. “Já temos feito tudo o que é possível no âmbito municipal, cortando até onde não podemos. Por isso, são de suma importância tudo o que for possível para reforçar o caixa e permitir que a execução de programas não sejam interrompidas”, disse ele.

Para o Governador Alckmin, o trabalho político das lideranças municipalistas junto aos deputados é de grande relevância.





Lixões fora da lei

Em recente discurso, presidente Obama deu um importante passo na mudança da política ambiental norte-americana – há muito conhecida pela insistente recusa em assinar o Protocolo de Kyoto – ao anunciar o Clean Power Plan e assumir o compromisso público de redução das emissões de dióxido de carbono, a ser formalizada internacionalmente no Protocolo de Paris, ainda esse ano. Por meio desse discurso, que o mundo inte-

iro assistiu atentamente, elevou-se a temática ambiental, na forma do problema do aquecimento global, como um dos maiores desafios desta e das futuras gerações.

Podemos, a partir dessa mudança drástica de postura de um importante ator do cenário internacional, perceber que, em se tratando de meio ambiente, já passou da hora de implementar, de fato, as mudanças necessárias. No Brasil, a legislação tem evo-



Dimas Eduardo Ramalho
Conselheiro TCE/SP

luído muito para acolher essas novas demandas. Nesse sentido, por exemplo, destaca-se a Lei 12.305/10, regulamentada pelo Decreto 7404/10, a denominada Lei Nacional de Resíduos Sólidos, cuja implementação tem



sido amplamente cobrada pelo Tribunal de Contas de São Paulo na análise das contas das Prefeituras e do Estado.

Essa legislação pretende combater a destinação incorreta dos resíduos, eis que dos quase 70 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos coletados no Brasil anualmente, 42% ainda têm como destino lixões e aterros (controlados), considerados ambientalmente inadequados.

Além de instituir a responsabilidade compartilhada pela gestão dos resíduos, que torna responsáveis todos os envolvidos no ciclo, o grande marco da norma foi o estabelecimento de metas para que as cidades brasileiras, como um dos entes responsáveis, acabassem definitivamente com os lixões, prazo esse que a lei estabe-

leceu fosse até agosto de 2014. No entanto, desde a publicação da Lei, há quatro anos, somente cerca de 10% dos 3000 municípios brasileiros que ainda tinham lixões conseguiram resolver esse problema.

Ou seja, passados quatro anos, a maioria dos municípios pouco ou nada fizeram para se adequar à Lei. E essa inércia deu-se, inclusive, com penalização bastante alta, já que os responsáveis por lixões podem ser enquadrados por crime ambiental, com multas que podem chegar a até R\$ 50 milhões. Relativizar a lei ou dar ainda mais prazo aos municípios para se adequarem às exigências não resolve. No entanto, jogar exclusivamente a responsabilidade aos municípios – que dificilmente conseguirão arcar sozi-

nhos com essa responsabilidade –, além de inviabilizar a concretização da lei, vai de encontro à própria diretriz de responsabilidade coletiva. Não basta, portanto, a lei federal obrigar, sem que a União e os Estados também estejam efetivamente comprometidos com sua implementação, provendo os municípios para que alcancem condições para viabilização da política pública ambiental pretendida.

Pode-se dizer que já passou da hora de resolver esse problema ambiental e de saúde pública que são os lixões a céu aberto em cidades brasileiras. E somente com esforço coletivo e compromisso de cada ente responsável, fazendo a sua parte, conseguiremos tirar os lixões da ilegalidade e a Lei do papel.

CONSEGs ajudam a combater crime no interior do Estado

Cláudia Carnevalli

Os Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs), importantes aliados da Segurança Pública nos bairros das grandes cidades têm apresentado também ótimos resultados no interior do estado. Mais do que aproximar a Polícia Militar, Civil e Guardas Municipais da população na gestão da segurança, os CONSEGs combatem a criminalidade por meio de iniciativas criativas, uma excelente saída, já que não há fórmulas para assegurar quem será ou não a próxima vítima. "Temos ótimos exemplos em andamento", explica o coordenador estadual dos CONSEGs, Evaldo Roberto Coratto. Uma das inovações está sendo aplicada em Jaú, que desenvolveu um projeto que aproxima a população da Polícia por meio do uso do aplicativo de celular WhatsApp, este que revolucionou os bate-papos. Outra cidade que também inova nessa área é Pirassununga, que conta com uma forte campanha de prevenção a roubos e furtos.

"Tanto o caso de Jaú como o de Pirassununga são ótimos exemplos. Temos outros vários projetos que nasceram dentro de reuniões de CONSEGs, como vizinhança solidária, prédios antenados, brigada de incêndio de Cabreúva, GPS caipira em Assis, etc.", destaca Evaldo Coratto, um especialista e entusiasta no assun-

to, que percorre o interior implantando o sistema.

No total, o estado de São Paulo já tem 460 CONSEGs, porém este número poderá crescer, visto que o coordenador está em campanha para a reativação dos Conselhos inativos ou com baixo índice de atuação. Somente na capital existem 83 CONSEGs, mas a expectativa é alcançar a marca dos 90 em breve. Na região Metropo-



Evaldo Roberto Coratto

litana de São Paulo são 8 CONSEGs ativos. Cidades maiores como Campinas e Santos contam com 5 CONSEGs cada uma.

CONSEGs

Criados há mais de 30 anos por meio do Decreto Estadual nº 23.455, de 10 de maio de 1985 pelo governador Franco Montoro e regulamentados pela Resolução SSP-37, de 10 de maio de 1985, os CONSEGs são formados por grupos de pessoas voluntárias de um mesmo bairro ou município (municípios mais populosos podem receber mais de um Conselho), que se reúnem mensalmente com o objetivo de desenvolver campanhas educativas, analisar, planejar e acompanhar a solução dos problemas comunitários de segurança.

Cada CONSEG fornece apoio à Polícia Estadual nas relações comunitárias, e se vinculam por adesão, às diretrizes da Secretaria de Segurança Pública, por intermédio do coordenador Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança.

Cidade de Jaú



Jaú utiliza tecnologia do WhatsApp



*Prefeito de Jaú,
Rafael Lunardelli Agostini*

Um celular com o aplicativo WhatsApp é tudo o que a população de Jaú precisa para colaborar com a Polícia. Com 131 mil habitantes, o município está localizado na região central do estado, e se destaca entre os grandes produtores de açúcar e álcool de São Paulo. O prefeito Rafael Lunardelli Agostini orgulha-se da marca de 100% das residências abastecidas com água tratada, sendo que 95,7% delas têm o esgoto coletado e tratado. Segurança ainda é um ponto que exige atenção. Por isso, desde março deste ano, trabalha a ideia de usar a tecnologia de forma simples, beneficiando-se de sua agilidade. Um aparelho smartphone foi adquirido pelo CONSEG presidido por Mário Roberto de Almeida e cedido à PM. Com o aplicativo, que funciona 24 horas, é possível receber denúncias por meio de mensagens, áudios, vídeos e fotografias,

facilitando a ação policial. O sigilo da denúncia é garantido.

Segundo o secretário de Governo de Jaú, Carlos Augusto Peres, a ação é muito positiva. A administração acompanha o trabalho do CONSEG e auxilia dentro do possível naquilo que compete ao município. “O uso de tecnologias como ferramentas, buscando assim ampliar a margem de ação do CONSEG é sempre bem-vinda e avaliada pela população”, ressalta.

E a população tem colaborado e muito. Em julho de 2015 foram 289 denúncias, sendo a média de 300 denúncias por mês. Ainda em julho, das 289 denúncias, 185 foram classificadas como informações, destas 18 geraram ocorrências com êxito. “O que para uma cidade com quase 140 mil habitantes é um número considerável”, enfatiza o comandante do 27º Batalhão da PM, major Jefferson Bastos, que explica: “O sistema é bem simples e foi muito divulgado, por isso tem dado certo. A maioria das ocorrências realizadas pelo uso do WhatsApp em Jau envolvem principalmente o tráfico de drogas, roubos e furtos”. O major lembra

que a ideia é utilizar o WhatsApp apenas para casos urgentes. Por isso, o número de telefone 190 continua sendo o canal oficial da população com a Polícia.

Os municípios de Lins e Tupã e algumas cidades da região de Bauru têm mostrado interesse, segundo o major, em aplicar a mesma iniciativa. Outra cidade que passará a utilizar o sistema já em agosto é Dois Córregos. Localizada na região de Jaú com uma população de 24 mil habitantes e administração do prefeito Francisco Augusto Prado Telles Júnior, o Chico Telles, a cidade conta uma área de unidade territorial de 633 km², incluindo muitas estradas rurais. A ideia é que o aparelho com WhatsApp fique durante o dia no distrito policial e a noite na viatura, facilitando o patrulhamento rural.

Campanha de prevenção a roubos e furtos



*Secretário de Governo Jaú,
Augusto Peres*

Distante 141 quilômetros de Jaú está Pirassununga. Em comum, têm iniciativas para garantir mais segurança. Quem circula pelo comércio, pontos de ônibus, rede bancária e escolas de Pirassununga, certamente já se deparou com um dos mais de 300 cartazes espalhados por pontos estratégicos de grande movimento na cidade com dicas de prevenção a roubos e furtos.

A cidade, localizada região centro-leste do estado, com uma população de 70 mil habitantes, é sede da Academia da Força



Aérea, do Forte Anhanguera e abriga as Faculdades de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da USP e o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Peixes Continentais e sabe que a prevenção é também uma forma de coibir a criminalidade.

Os cartazes são parte de uma campanha educativa criada pelo CONSEG do município em conjunto com a Polícia Militar para conscientizar a população sobre segurança. Entre as informações estão dicas gerais de segurança, informações a respeito de trotes, cuidados com o carro, telefone celular e etc.

“A campanha ajuda as pessoas a ficarem mais atentas e a prevenir roubos, furtos e golpes”, explica o presidente do CONSEG Paulo André Tannús. Segundo ele, a ação foi bem aceita pela população, que no seu dia a dia muitas vezes esquece dicas simples, como andar na rua sem o celular na mão ou não deixar a bol-

sa aberta, por exemplo.

O CONSEG de Pirassununga conta também com outra ação de sucesso. As reuniões mensais do Conselho ocorrem a cada mês em um bairro diferente e abrem espaço para que a população local seja ouvida anonimamente. “Um mês antes da reunião levamos para o Posto de Saúde do bairro uma urna para que a população possa fazer suas denúncias”, revela.

Em média o CONSEG recebe, somente com a urna, de 60 a 70 denúncias mensais. “A maioria das denúncias (90%) são relativas ao tráfico de drogas. Os 10% restantes são sobre problemas de infraestrutura nos bairros. Um dia antes da reunião apuramos as denúncias e as encaminhamos aos órgãos competentes. Como PM e administração municipal. Graças a essa ação temos resolvido de 30 a 40% das ocorrências.

Em São Paulo, “Se este bairro fosse meu”

Um outro projeto bem-sucedido e premiado está na capital paulista - Se este bairro fosse meu - que recebeu a premiação Franco Montoro (criada pela coordenação dos CONSEGs para premiar os melhores projetos).

O projeto é desenvolvido na capital por meio do CONSEG Parque São Rafael, 1ª Cia do 38º BPM/M e 55º DP e tem como objetivo envolver a comunidade - moradores, estudantes, trabalhadores e funcionários policiais - na realização das atividades positivas de participação comunitária, aumentando a credibilidade também no serviço policial. “Entre elas está a recuperação de áreas degradadas por meio do plantio de árvores com o envolvimento comunitário”, acrescenta o coordenador Estadual dos CONSEGs, Evaldo Coratto.

Impacto de Verticalização na Ventilação Natural em Centros Urbanos

Instrumento básico da política de desenvolvimento urbano, o Plano Diretor é determinante para todos os agentes públicos e privados atuantes nos municípios e pode afetá-los em diferentes aspectos. Um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) abordou um deles: as alterações na qualidade da ventilação natural no nível de pedestres devido à verticalização de bairros. Este estudo foi realizado por meio de modelagem experimental em túnel de vento, utilizando uma maquete do bairro, e também por modelagem em computador.

Nesse trabalho, a área de estudo foi a região do entorno do metrô Carrão (no município de São Paulo), local que, atualmente, tende à verticalização e que, pelo plano diretor vigente, permite um coeficiente de aproveitamento 4 do terreno. Ou seja, podem ser construídas edifica-

ções com uma área de até 4 vezes a área do terreno.

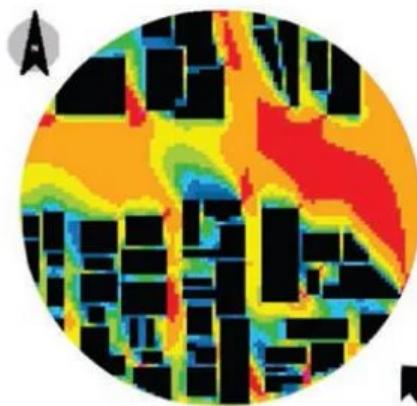
A escolha da área foi motivada por ser uma região topograficamente baixa, em relação a outros bairros, pouco arborizada e que sofre com temperaturas elevadas, como indica o atlas ambiental da cidade de São Paulo. E, uma verticalização pode piorar ainda mais essas condições ambientais, pois forma uma barreira para o escoamento natural do vento, impedindo a circulação adequada do ar e gerando ilhas de calor e concentração de contaminantes.

Para que ocorra o crescimento vertical nas áreas urbanas de um município, alguns parâmetros devem ser adotados de acordo com o plano diretor, o qual limitará a altura dos gabaritos, variando os valores dos coeficientes de aproveitamento de acordo com a região. Assim, nesse trabalho foram estudadas verticalizações com coeficiente de aprovei-

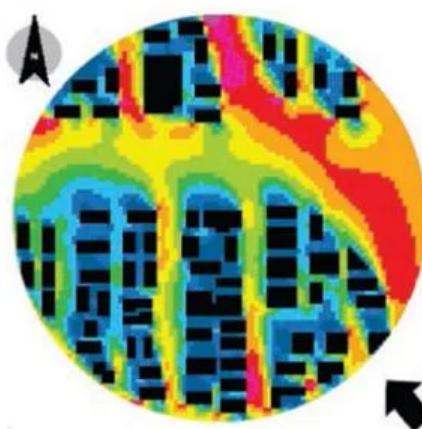
tamento 4 e também com coeficiente de aproveitamento 2, para verificar se este traria resultados menos nocivos à ventilação natural. Em complemento, também foi analisada a verticalização de apenas dois quarteirões vizinhos. Os resultados das modelagens das verticalizações foram então comparados com os da situação atual do bairro.

Para a verticalização com coeficiente de aproveitamento 4 foram modelados edifícios com altura média de 40 m e projetado em planta com base quadrada de 15 m x 15 m. E as modelagens com coeficiente de aproveitamento 2 foram realizadas com edifícios de 25 m de altura média e base quadrada de 10 m x 10 m.

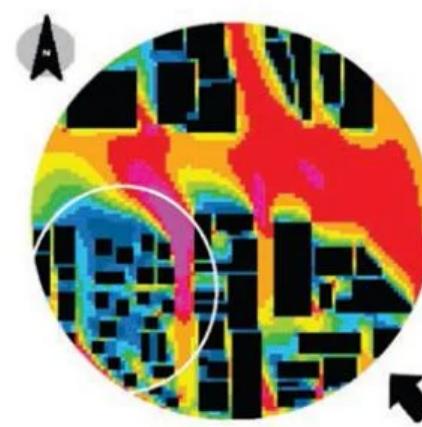
Para o ensaio em túnel de vento, a área escolhida foi modelada em maquetes na escala de 1:500 e foram realizados ensaios de erosão de areia, enquanto a simulação computacional foi feita na



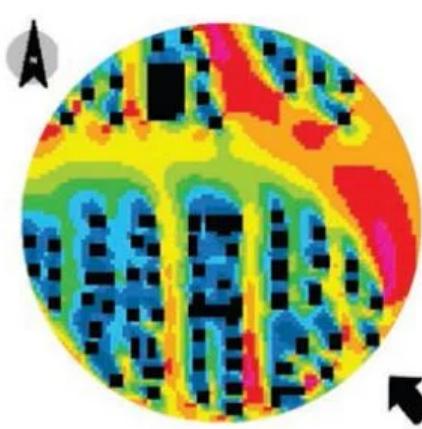
Velocidade do vento	
Below 0,30 m/s	
0,30 to 0,60 m/s	
0,60 to 0,90 m/s	
0,90 to 1,20 m/s	
1,20 to 1,50 m/s	
1,50 to 1,80 m/s	
1,80 to 2,10 m/s	
2,10 to 2,40 m/s	
2,40 to 2,70 m/s	
Above 2,70 m/s	



Velocidade do vento	
Below 0,30 m/s	
0,30 to 0,60 m/s	
0,60 to 0,90 m/s	
0,90 to 1,20 m/s	
1,20 to 1,50 m/s	
1,50 to 1,80 m/s	
1,80 to 2,10 m/s	
2,10 to 2,40 m/s	
2,40 to 2,70 m/s	
Above 2,70 m/s	



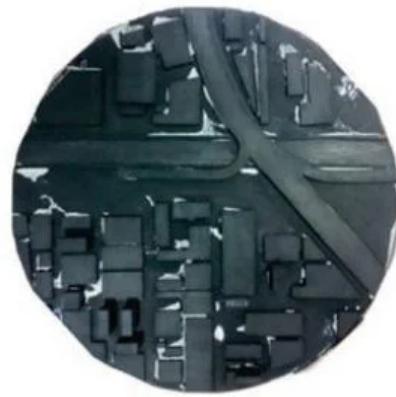
Velocidade do vento	
Below 0,30 m/s	
0,30 to 0,60 m/s	
0,60 to 0,90 m/s	
0,90 to 1,20 m/s	
1,20 to 1,50 m/s	
1,50 to 1,80 m/s	
1,80 to 2,10 m/s	
2,10 to 2,40 m/s	
2,40 to 2,70 m/s	
Above 2,70 m/s	



Velocidade do vento	
Below 0,30 m/s	
0,30 to 0,60 m/s	
0,60 to 0,90 m/s	
0,90 to 1,20 m/s	
1,20 to 1,50 m/s	
1,50 to 1,80 m/s	
1,80 to 2,10 m/s	
2,10 to 2,40 m/s	
2,40 to 2,70 m/s	
Above 2,70 m/s	

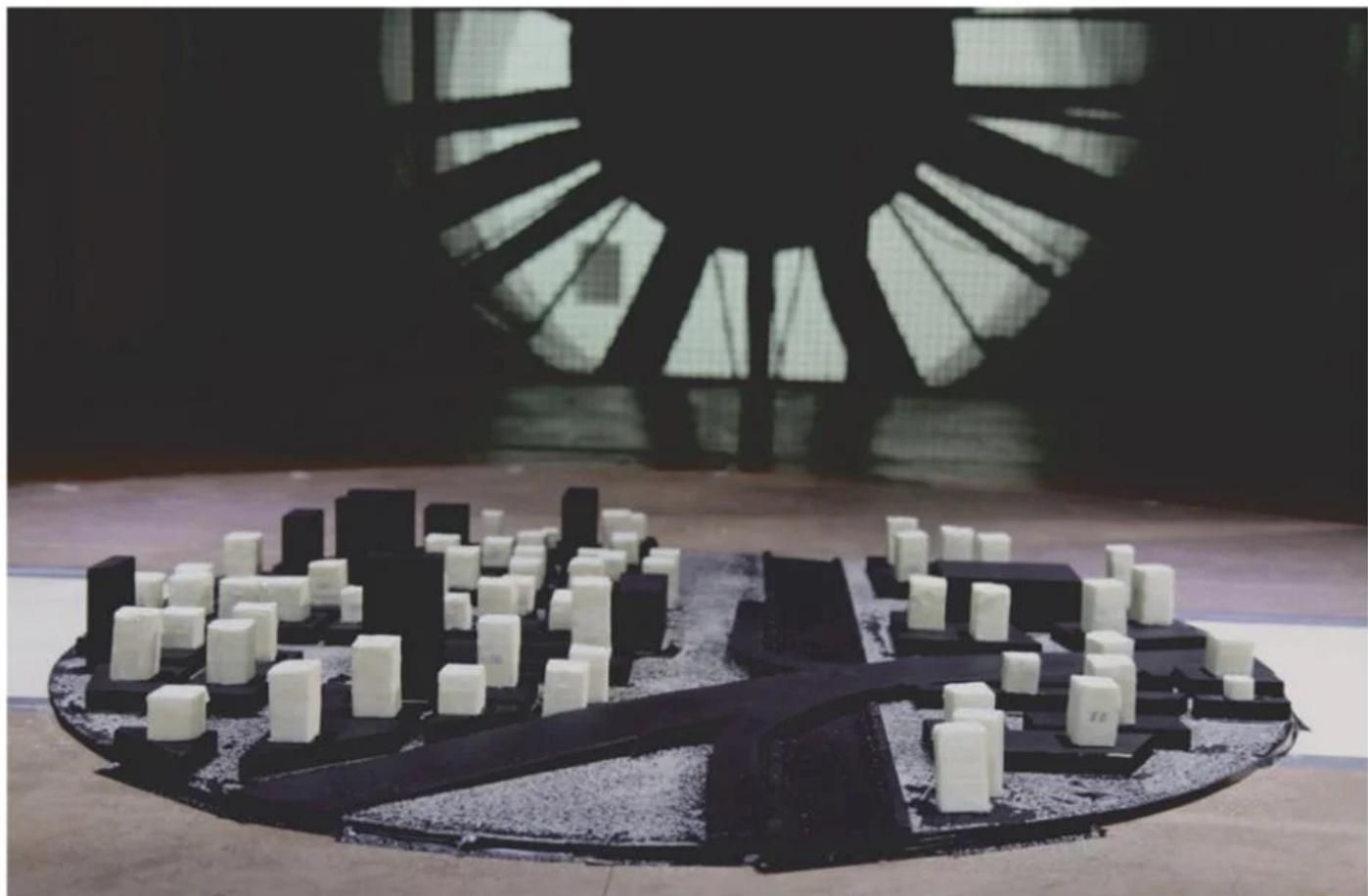
escala real utilizando o software ENVI-met. A técnica de erosão de areia permite a análise qualitativa da ventilação no nível do pedestre, enquanto a simulação computacional fornece dados quantitativos de velocidade e temperatura.

Os ensaios de erosão de areia são comumente realizados a fim de verificar o comportamento de partículas de areia depositadas sobre uma maquete sob ação do vento. A areia contribui para a visualização da intensidade do vento no entorno dos edifícios, seja do vento defletido para baixo, pelas fachadas dos prédios, da canalização do vento entre prédios ou de pontos de estagnação do escoamento. Cada ensaio feito no túnel de vento do IPT foi composto por 11 velocidades distintas e deu origem a 11 imagens, uma para cada velocidade – uma décima-segunda foi feita ainda no início do ensaio, antes da ação do vento, para a captação da imagem do modelo sem a erosão de areia. Todas as imagens coletadas em um mesmo ensaio foram somadas e o processamento foi executado em software desenvolvido pela equipe técnica do Instituto, fornecendo um mapa de cores de velocidades, indicando regiões com boa e má circulação de ar.



Para a calibração do software ENVI-met ao clima de São Paulo, o estudo tomou como referência as condições climáticas observadas em 2 de janeiro de 2014 que foi um dos dias mais quentes daquele ano na cidade. O site do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) forneceu os dados correspondentes ao horário do meio-dia (momento em que a temperatura atingiu 35,7 °C) como velocidade/incidência do vento e umidade relativa, para que fossem estudadas as situações mais críticas de temperaturas.

As simulações computacionais tomaram como base as direções dos ventos sudeste e leste, o primeiro por se tratar de um vento preferencial na cidade de São Paulo e o segundo pela sua presença na Avenida Radial Leste que corta o bairro. Para visualização dos resultados, foi gerado um mapa de cores, fornecendo informações de velocidades do vento em diferentes pontos, e os resultados serviram para fazer uma comparação com as informações



coletadas nos ensaios de erosão de areia.

Os resultados dos ensaios mostraram que uma verticalização com coeficiente de aproveitamento 4 obstrui de forma significativa o vento no nível do pedestre. Porém, a verticalização com coeficiente de aproveitamento 2 também não traz melhorias significativas. E, se forem verticalizados apenas dois quarteirões, o seu entorno também terá uma pior circulação do ar.

Para o caso da região analisada, a melhor condição de escoamento ocorre na situação atual do bairro, onde a área analisada tem somente sete edificações altas (na faixa de 25 m de altura) e basicamente uma por quarteirão.

Esses pontos com má ventila-

ção indicam locais que poderão ter acúmulo de contaminantes e trazer desconforto aos pedestres e moradores dos edifícios, piorando o conforto ambiental do bairro.

A utilização de duas ferramentas diferentes no estudo valida os resultados e a modelagem numérica, fator importante para o uso do ENVI-met em modelagens urbanas e de micro-clima, pois este é um software muito utilizado por arquitetos para a realização de estudos de conforto.

No capítulo do novo Plano Diretor, aprovado para a Cidade de São Paulo, uma das diretrizes é a de promover o adensamento construtivo e populacional e a concentração de usos e atividades em áreas com transporte coletivo

de média e alta capacidade instalado e planejado. O plano de 2014 incluiu esta questão, mas é preciso saber como e onde a verticalização será feita, além da direção preferencial dos ventos, para não piorar a ventilação na região.

A mesma preocupação é válida para as demais cidades do Estado de São Paulo que poderiam aproveitar essa ferramenta tecnológica para a concepção de seus planos diretores e propostas de zoneamento, com a finalidade de garantir melhor qualidade de vida aos seus cidadãos.

Autores:
Gilder Nader, Pesquisador do IPT
Paula Bregiatto de Oliveira, Bolsista do IPT
Flávio Sérgio Jorge de Freitas, Jornalista do IPT

O Cadastro Central de Empresas e a Atividade Econômica

Jefferson Mariano
Luiza Moraes

Existe um amplo conjunto de pesquisas realizadas pelo IBGE que possibilitam acompanhar o desempenho e evolução das atividades econômicas do Brasil. Desse conjunto merece destaque o Cadastro Central de Empresas (CEMPRE). Em sua última divulgação, ocorrida no mês de junho de 2015, a pesquisa apontou que houve entre 2012 e 2013 um crescimento de 3,8% no número de empresas e outras organizações existentes no Brasil. Em relação ao comportamento da mão de obra ocorreu crescimento de 3,3% e avanço de 6,1% nos salários (em termos reais).

Além dessas informações a pesquisa possibilita estabelecer algumas comparações interessantes entre os setores de atividade econômica. Por exemplo, existem grandes disparidades entre as remunerações médias dos trabalhadores entre os diversos setores de atividade econômica. O gráfico 1 ilustra esse contraste. No setor de

Gráfico 2



eletricidade e gás, ao longo do ano de 2013 a remuneração média dos trabalhadores correspondeu a 9 salários mínimos. Em contrapartida, no segmento de alojamento e alimentação a média de remuneração correspondeu a 1,6 salários mínimos.

É importante observar que mesmo em relação à atividade industrial existem grandes contrastes. Por exemplo, nas indústrias extractivas a remuneração

média dos trabalhadores (6,6 salários mínimos) correspondeu ao dobro da observada na indústria de transformação (3,3). No entanto, enquanto a atividade extractivista correspondia por apenas 0,4% do pessoal ocupado das empresas no Brasil, a indústria de transformação representava 16,5% desse contingente.

Ainda em relação a distribuição do pessoal ocupado pelas atividades econômicas, o comércio apresenta a maior participação. Em 2013 o setor era responsável por 22% de todo pessoal ocupado nas Empresas do país, seguido pela indústria de transformação com 16,5% e a Administração pública com 14,1%.

A indústria de transformação apesar de ser superada pelo comércio em termos de participação no pessoal ocupado é um setor de extrema importância para a economia do País, pois apresenta o maior percentual de empresas com pessoal ocupado

Gráfico 1

**Salário Médio Mensal (Em salários mínimos)
Brasil -2013**



superior a 500. Além disso, a expansão de inúmeras atividades econômicas depende do comportamento desse segmento.

O cartograma a seguir destaca a distribuição dessa atividade ao longo do território nacional. Como é possível perceber, as Unidades Locais de Indústria de transformação estão em sua maioria localizadas nas Unidades Federativas das regiões Sul e Sudeste. O Estado de São Paulo é responsável pelo maior contingente de empresas dessa atividade.

Isoladamente São Paulo possuía em 2013 mais de 27% do total de unidades locais de indústria de transformação do País. No Estado algumas cidades empregavam em 2013 um número expressivo de pessoal ocupado nesse setor, responsável pelo segundo maior contingente. O comércio representava 21,61% dos trabalhadores e a indústria de transformação 19,5%.

O cartograma 2 descreve a distribuição do pessoal ocupado na indústria de transformação. A grande concentração está na Região Metropolitana de São Paulo e algumas cidades importantes no interior. Além daquelas localizadas na R.M.S.P, São José dos Campos, Piracicaba, Sorocaba, Campinas, Indaiatuba e Americana possuíam maiores contingentes de trabalhadores nesse setor.

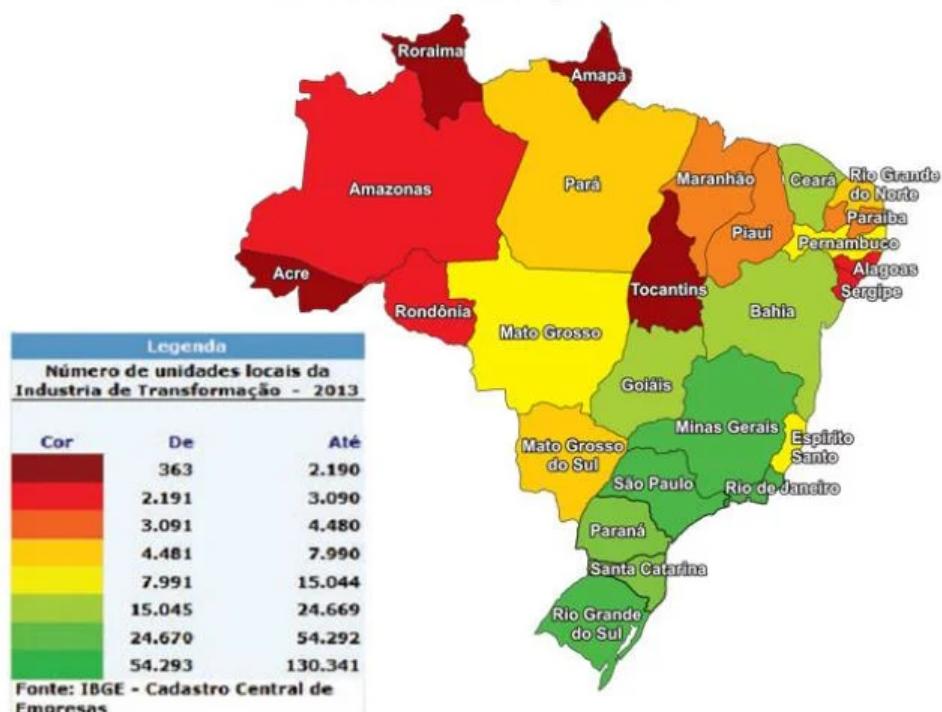
Desse modo, o desempenho desse segmento é de fundamental importância para o comportamento da economia de inúmeras cidades do Estado e consequentemente para o País.

Jefferson Mariano é Doutor em Desenvolvimento Econômico e Tecnologista e, Informação Geográfica e Estatística.

Luiza Moraes é Estagiária de Comunicação Social.

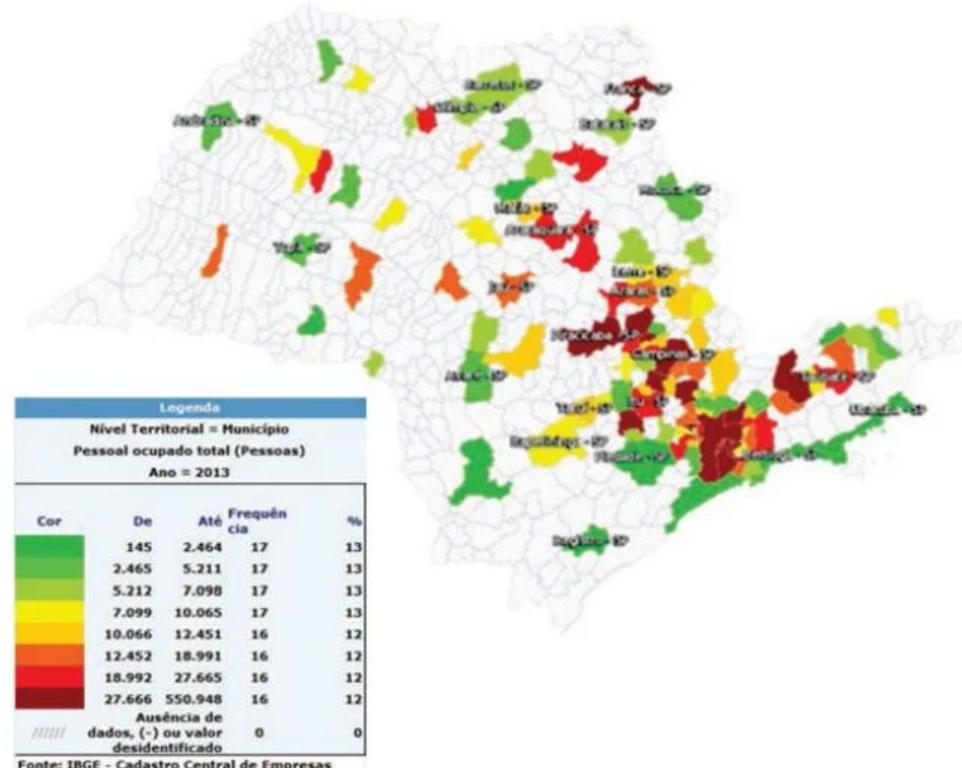
Cartograma 1

Número de Unidades Locais de Indústria de Transformação Unidades da Federação - 2013



Cartograma 2

Pessoal Ocupado na Indústria de Transformação Municípios de São Paulo - 2013



O programa "Município Amigo da Justiça" é uma iniciativa da presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo, com o objetivo de reduzir o ingresso de novas ações judiciais, através de parceria com os municípios do Estado de São Paulo.



Municípios podem ser amigos da justiça

Trata-se de uma política pública judiciária que busca oferecer soluções eficientes para lidar com a situação atual - no Tribunal paulista tramitam cerca de 21,3 milhões de processos e, apenas para a manutenção do órgão, 95,7% do orçamento é destinado à folha de pagamento dos servidores, juízes e magistrados.

Com o programa "Município

"Amigo da Justiça", o objetivo é conseguir que as prefeituras reduzam as ações judiciais tomando outras atitudes conciliadoras ou de negociação. Restaria o canal da Justiça, portanto, apenas os casos em que realmente não há uma alternativa anterior de encerramento.

Nesse sentido, uma vez firmado o acordo e definidos os per-

centuais de redução de novas ações, o TJSP compromete-se a oferecer um selo de qualidade aos municípios aderentes, além de organizar cerimônia anual de premiação àqueles que atingirem os maiores valores de redução. Em paralelo, são endereçados incentivos às alternativas de resolução de conflitos, para priorizar os métodos de conciliação e mediação que produzem resultados mais ágeis e eficientes, além de menos onerosos.

Parece necessário, portanto,

que o diálogo do TJSP com os municípios paulistas interessados seja intensificado, uma vez que o programa traz uma série de benefícios para ambas as partes e para a sociedade civil, que é a receptora dos serviços públicos.

O programa “Município Amigo da Justiça”, instituído pela portaria nº 9.127/2015, insere-se nas políticas públicas judiciárias orientadas a estabelecer uma nova forma de o TJ-SP se relacionar com as instituições.

Articulados com a Estratégia Nacional de Não Judicialização, do Ministério da Justiça, e a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, do Conselho Nacional de Justiça, os programas têm como foco o estabelecimento de compromissos de redução de ações judiciais novas, por meio de metas construídas de maneira dialogada com os participantes municípios.

Ao aderir à iniciativa, os parceiros receberão um selo estilizado. Essa certificação poderá ser utilizada na divulgação das marcas e na prestação de contas dos gestores públicos.

Como o município pode participar? Havendo a intenção de participar do programa, os dirigentes municipais devem conhecer a íntegra do regulamento do “Município Amigo da Justiça” no site www.Tjsp.jus.br e, havendo compatibilidade da instituição, deve-se entrar em contato com a Secretaria de Planejamento Estratégico da Presidência do Tribunal de Justiça.

Programas como esse não são novidade. O setor produtivo já

incorporou novos valores, como a responsabilidade ambiental e a proteção das crianças. Nos EUA, empresas se engajam na defesa de questões que vão do estímulo a uma vida saudável à defesa do casamento gay.

Por que não instituir como novo valor corporativo a responsabilidade judicial, baseado na opção por não recorrer ao Judiciário? Que tal considerar o grau de responsabilidade judicial de uma empresa no cálculo de seu valor, inclusive no mercado de capitais?

São mais de 100 milhões de processos judiciais no Brasil. Como cada processo envolve pelo menos duas pessoas, é como se o Brasil inteiro estivesse em litígio

A medida está adequada aos novos modelos de governança corporativa e regras de “compliance”, que impõem políticas internas rigorosas para o relacionamento das empresas com clientes, investidores e o poder público. Conciliação, mediação e as formas alternativas de solução de conflitos convergem para esse fim.

Já o programa destinado aos municípios terá importante função pedagógica. É importante que a população saiba quanto custa manter o Judiciário e que possa avaliar como seu prefeito trata o assunto.

Por que não optar pelo protesto da dívida ativa junto aos cartórios, celeiros de eficiência e inovação? A taxa de recuperação de

crédito nessa modalidade é maior do que no sistema judicial das execuções fiscais, que custam, de acordo com o Ipea, cerca de R\$ 4,4 mil e têm tramitação de quase dez anos.

O judiciário brasileiro enfrenta um enorme desafio: a cultura do litígio. De acordo o Conselho Nacional de Justiça, estão em andamento mais de 100 milhões de processos judiciais no país.

Fazendo uma contabilidade simplória, se cada processo envolver ao menos duas partes, é como se todos os 200 milhões brasileiros estivessem a litigar, inclusive as crianças, os interditados e os inimputáveis nos termos da lei. É evidente que o cálculo não espelha a realidade. O percentual de ações envolvendo indivíduos é ínfimo se comparado aos movidos pelos clientes habituais do sistema Justiça: o poder público e as empresas prestadoras de serviços.

A resposta fornecida pelo senso comum aponta para a equação mais processos/mais servidores/mais juízes. Se essa opção for levada a sério, a sociedade pagará a conta. Daí a necessidade de repensar a cultura corporativa e o aprofundamento do diálogo com toda a sociedade.

A Justiça do século 21 não pode mais se fechar em si mesma, o que sempre deu margem a incompreensões sobre seu papel. Deve se abrir à sociedade civil e chamá-la ao exercício da cidadania, sendo parte de seu processo de aperfeiçoamento. Deve, portanto, contar com o auxílio de novos amigos.

Aparecida uma cidade movida pela fé

Por Cláudia Carnevalli

*A cada 3 segundos, uma pessoa, movida pela fé,
visita o Santuário Nacional de Aparecida*

Foto: Thiago Leon

Prestes a completar 300 anos em 2017, a cidade de Aparecida, no Vale do Paraíba, consolida uma posição invejável dentro cristianismo: depois do Vaticano, é o maior centro de peregrinação católica do mundo.

Enquanto você demorou 15 segundos para ler esta frase, cinco novos romeiros já chegaram ao município. Isso mesmo! A cada três segundos, durante 24 horas, uma pessoa chega ao Santuário Nacional de Aparecida, que contabiliza um público estimado de 12 milhões por ano – o equivalente à população de toda a capital paulista.

Os peregrinos são de diversas regiões do país e do exterior e movimentam praticamente toda economia da cidade. “Vivemos da renda gerada pela fé”, resume o prefeito de Aparecida, Antonio Marcio de Siqueira.

Segundo ele, o Santuário

Nacional responde basicamente pela economia da cidade: “A convergência de pessoas que visitam o Santuário é que alimenta o comércio, as pequenas indústrias, a prestação de serviços e a economia em geral, gerando renda e emprego”. Com base nos números e na história da cidade, o prefeito Antonio Siqueira não tem a menor dúvida: “O Santuário é fundamental para a sobrevivência de Aparecida. Ela é o que é hoje em razão da existência da pequena imagem de Nossa Senhora Aparecida, que atrai um número expressivo de visitantes”.

A cidade que nasceu da história de fé na Padroeira do Brasil está localizada no Vale do Paraíba, próxima as duas maiores metrópoles do país - São Paulo e Rio de Janeiro – e é cortada pela mais importante rodovia brasileira, a Via Dutra. A localização privilegiada facilita o acesso a

esse tradicional roteiro turístico religioso.

“O turismo é o que movimenta a economia de Aparecida. Não somos uma cidade industrial e nossa atividade econômica é basicamente comércio e serviços. São os visitantes que alimentam esse comércio, gerando emprego e renda à nossa população. Nos últimos anos, tivemos a modernização dos hotéis existentes e a abertura de vários novos empreendimentos. Isso é reflexo dos 12 milhões de turistas que visitam Aparecida anualmente”, enfatiza a secretária municipal de Turismo, Regina Amaral.

Segundo a Associação Commercial e Industrial de Aparecida, a hotelaria e o comércio são as principais fontes de renda da cidade, que emprega por volta de 12 mil pessoas entre formais e informais.

Outro setor da economia que está aquecido em Aparecida é a

O MUNICÍPIO DE APARECIDA

- Área da unidade territorial - **121,076 km²**
- População residente - **35.007 pessoas**
- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 2010 - **0,755**
(escala de 0 a 1, quanto mais próxima a zero, pior o desenvolvimento humano).
- PIB per capita a preços correntes – 2012 – **R\$ 15.090,73**
- Desde 2013, **70%** do esgoto do município é **tratado**.

Fontes: IBGE e Prefeitura Municipal

construção civil, devido ao número de hotéis que estão sendo construídos na cidade. Atualmente são 20 hotéis de porte médio em construção, além do Santuário Nacional que está em constante manutenção.

“A construção destes novos 20 hotéis demonstra que a confiança dos empresários no aumento do fluxo de visitantes, o que é muito positivo”, destaca o presidente da Associação Comercial e Industrial de Aparecida, Ângelo Reginaldo Leite.

Além disso, Leite ressalta que a Basílica, o Canal de TV, a Editora, o hotel e as pousadas do Santuário Nacional empregam quase 2 mil pessoas. Mas não é tudo, o turismo religioso movimenta muito mais: a micro indústria voltada para a produção de produtos religiosos conta com 100 estabelecimentos e as demais micro-empresas individuais e informais chegam a 200 unidades.

Ainda segundo a Associação Comercial, o comércio voltado para atender os visitantes e a

cidade somam 1250 lojas. Além disso, o município possui 2240 barracas de ambulantes, que funcionam aos sábados e domingos. Entre restaurantes e lanchonetes, Aparecida oferece 150 estabelecimentos espalhados pela cidade e shopping. Soma-se a esse número mais de 200 restaurantes e lanchonetes voltados para a alimentação nos hotéis. O setor hoteleiro conta com 196 hotéis e 76 pousadas, totalizando aproximadamente 40 mil leitos.

Foto: Acervo do Santuário Nacional



Principais pontos turísticos

• **Santuário Nacional** – Construída em 1955, em estilo neoclássico para abrigar a imagem de Nossa Senhora Aparecida.

• **Matriz Basílica** – Em estilo barroco foi a primeira basílica a abrigar a imagem de Nossa Senhora Aparecida.

• **Morro do Cruzeiro** – Ponto de peregrinação composto por esculturas que retratam as estações da Via Sacra e possibilita uma linda vista do Santuário Nacional.

• **Porto Itaguaçu** – Marca o local no Rio Paraíba do Sul, onde a imagem de Nossa Senhora Aparecida foi encontrada em 1717.

• **Teleférico** – Liga a parte baixa, onde está localizado o Santuário Nacional à parte alta onde está localizada a Basílica Velha.

• **Memorial Redentorista e Padre Vítor Coelho** – Criado em 1910, o Memorial possibilita o resgate da história dessa missão de fé, abrigando um museu, a Capela Memorial Redentorista e a Capela em homenagem ao Padre Vítor, também conhecido como Apóstolo do Rádio, cujo processo de beatificação encontra-se em andamento.

• **Mirante das Pedras** – Localizado no caminho do Porto Itaguaçu, o local possibilita a contemplação da várzea onde corre o Rio Paraíba e a Serra da Mantiqueira e tem como destaque a imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, medindo 1,80m de altura.

• **Aquário** – Seus diversos tanques abrigam espécies de água doce e salgada, incluindo também uma piscina de tubarões.

• **Igreja de São Benedito** – Construída em 1918, a Igreja é decorada com anjos esculpidos pelo artista Chico Santeiro.

• **Seminário Bom Jesus** – Cons-

truído em 1895 e voltado para a formação religiosa, o local ganhou destaque, após hospedar Madre Paulina e os papas João Paulo II e Bento XVI.

• **Igreja São Geraldo** – Localizada na entrada do Porto Itaguaçu e abrigou a imagem de Nossa Senhora Aparecida por vários anos.

• **Centro de Apoio ao Romeiro** – Localizado dentro do estacionamento do Santuário Nacional, foi criado para oferecer maior conforto aos romeiros, por meio da sua grande praça de alimentação e mais 380 lojas.

• **Passarela da Fé** – Com impressionantes 389 metros de comprimento e 35 de altura, a passarela une a Matriz Basílica e o San-

tuário Nacional.

• **Feira Livre** – Nos arredores do Santuário Nacional, a feira oferece aos turistas desde artigos religiosos a lembranças do município.

• **Presépio** – Ao lado do estacionamento do Santuário Nacional, com esculturas que reproduzem o nascimento de Jesus Cristo e outras cenas, como o encontro da imagem de Nossa Senhora Aparecida nas águas.

• **Mirante da Santa** – Localizado no alto do morro da Rua Antônio Bittencourt da Costa possui o maior monumento dedicado à Nossa Senhora Aparecida em todo o mundo, com 17,6 metros de altura.

Fonte: Prefeitura Municipal de Aparecida



Uma história de fé

Esta história de dedicação à mais amada santa brasileira teve início em 1717 às margens do Rio Paraíba do Sul, no Porto de Itaguassu, quando três pescadores, Domingos Garcia, Felipe Pedroso e João Alves, ao jogarem sua rede para pescar, ao invés de puxarem peixes encontraram o corpo de uma imagem, sem a cabeça. Esta foi encontrada logo em seguida ao jogarem a rede novamente. Ao unirem as duas partes, os pescadores perceberam de que se tratava da mesma imagem, Nossa Senhora da Conceição.

Logo após ao encontro da imagem da santa, a pesca de peixes tornou-se abundante, numa época em que havia escassez. Não demorou muito para os pescadores atribuírem a um milagre aqueles acontecimentos. Como a imagem apa-

receu das águas, a população passou a chamá-la de “Aparecida”, nome que conquistou a devoção popular.

Entre os anos de 1717 a 1732 a imagem teve como morada as casas dos três pescadores e passou a peregrinar pelas regiões de Ribeirão do Sá, Ponte Alta e Itaguassu. Até que em 1732, o filho do pescador Filipe Pedroso, Anastácio, construiu o primeiro oratório aberto ao público. No local ocorreu o Milagre das Velas, aumentando ainda mais o culto a santa.

Com o aumento da devoção, o Padre José Alves Vilela, vigário de Guaratinguetá, conseguiu a aprovação para a construção da primeira igreja em louvor a Aparecida, construída em 1745, no Morro dos Coqueiros, atual Praça

Nossa Senhora Aparecida. Cerca de 145 anos depois foi inaugurada em 24 de julho de 1888, a Matriz Basílica, também conhecida como Basílica Velha, totalmente restaurada e reinaugurada em 2015.

Em 1928, a Terra da Padroeira obteve sua emancipação de Guaratinguetá, e sua história de fé prosseguiu com a construção do Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida, a segunda maior basílica e maior santuário mariano do mundo. As obras da Basílica Nova foram iniciadas em novembro de 1955. Quatro anos mais tarde em 1959, aconteceu o primeiro atendimento aos romeiros no local. As atividades religiosas passaram a ser realizadas em definitivo no dia 03 de outubro de 1982, quando a imagem de Nossa Senhora Aparecida foi transferida da antiga Basílica para a nova.

Foto: Thiago Leon



Padroeira do Brasil

Em 1929, o papa Pio XI proclamou Nossa Senhora como a Rainha do Brasil e sua padroeira oficial. Muitos papas visitaram o Santuário entre eles João Paulo II, em 1980, Bento XVI em 2007 e o Papa Francisco, em 2013, durante a Jornada Mundial da Juventude.

O município já se prepara para o aniversário de 300 anos do encontro da imagem de Nossa Senhora Aparecida, que será comemorado em 2017. A grande expectativa é novamente a presença do Papa Francisco. A promessa foi feita pelo próprio pontífice, durante a celebração da missa no Santuário em sua última visita ao Brasil.



Foto: Thiago Leon

Primeiros Milagres

- **A Pesca Milagrosa** - Aparecimento de grande quantidade de peixes depois que a Imagem surgiu na rede do pescador João Alves;

- **As Velas** - Velas que se acenderam sem que ninguém as tocassem;

- **Milagre do Escravo** - Quando as correntes que o prendiam se soltaram sozinhas;

- **Milagre da Cega de Nascente** - Que viu ao longe a Igreja de Nossa Senhora Aparecida, quando para lá se dirigia;

- **Milagre do Cavaleiro Valente** - Quando quis entrar a cavalo na Igreja e as patas do animal ficaram presas aos degraus;

Há também relatos de vários milagres, como o menino salvo de afogamento no rio Paraíba, o caçador agredido por uma onça

etc. Estes são alguns dos milagres atribuídos a santa, quem visita o Santuário pode ver por si mesmo muitos outros exemplos na sala dos milagres – cartas, retratos,

muletas, braços e pernas feitos de cera, fotos de pessoas famosas, autoridades e do povo unem-se na devoção e manifestações de agradecimento a Padroeira do Brasil.



Quadro da Pesca Milagrosa

O maior centro de perigrinação Mariana do mundo

O maior centro de evangelização católica do Brasil, corresponde a uma área de mais de 1,3 milhão de metros quadrados, com cerca de 143 mil m² de área construída, é também o maior centro de peregrinação Mariana no mundo.

E tem mais, a Basílica do Santuário Nacional de Aparecida é atualmente segunda maior do mundo, ficando atrás apenas da Basílica de São Pedro, no Vaticano. Com 72 mil m², a Basílica de Aparecida corresponde a mais de 7 campos de futebol e inclui os pavimentos

inferior e térreo, arcada e Tribuna sul, a Cúpula Central com 70 metros de altura e as Capelas da Ressurreição, do Batismo e Torre Brasília com 109 metros de altura.

A Festa da Padroeira do Brasil, comemorada no feriado 12 de outubro, retrata bem o amor dos brasileiros a Nossa Senhora da Conceição Aparecida, o evento atraí anualmente 150 mil pessoas em um único feriado. O que equivale a toda a população de Bragança Paulista de 146.744 mil habitantes ou um pouquinho

menos do que Itapecerica da Serra com 152.614 mil.

Entre as visitas ilustres, todos os anos no dia 12 de outubro, o Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin e sua esposa, Lu Alckmin, participam da Missa Solene dedicada à Nossa Senhora Aparecida, no Santuário Nacional. A primeira-dama também esteve presente, como a 15^a Romaria da Fé, em janeiro de 2015.

A imagem da padroeira, localizada no interior da Basílica, no pavimento térreo, está exposta em



Governador Geraldo Alckmin e esposa Lu, na missa solene



um painel de 37 metros de altura. É neste local de 25 mil m², que acontecem as Celebrações Eucarísticas. Muitas dessas celebrações chegam a reunir 30 mil devotos ao redor do altar central; dados do Santuário revelam que as celebrações externas podem receber até 300 mil fiéis. E como se a cidade inteira de Limeira, com 276.022 mil habitantes, ou Guarujá, com 290.752 mil habitantes, participassem da celebração.

Na torre estão presentes também o museu com um vasto acervo histórico e devocional e o Centro de Documentação, que tem o objetivo de preservar a memória do Santuário Nacional. O acervo possui aproximadamente 16 mil

imagens (fotografias, slides e negativos) e 3 mil arquivos textuais. No no 16º andar fica ainda o Mirante da Torre numa área de 324 m² de onde é possível admirar a vista panorâmica da cidade.

A Passarela da Fé com 392 metros de comprimento liga o Santuário à Matriz Basílica e em sua parte mais alta chega a ficar 35,52 metros do chão. O complexo turístico religioso que inclui o Morro do Cruzeiro, onde os peregrinos fazem a Via-Sacra, o Porto Itaguassu, onde a imagem da Senhora Aparecida foi encontrada e a Matriz Basílica ou Basílica Velha. E tem mais bondinhos ligam a Basílica ao Morro do Cruzeiro num percurso de 1.100

metros.

A construção do Santuário é mantida, exclusivamente, com as doações dos devotos da Virgem Aparecida. A estrutura metálica da Torre Brasília e a construção da Passarela da Fé foram patrocinadas pelo Governo Federal, nos mandatos dos Presidentes Juscelino Kubitschek de Oliveira e Emílio Garrastazu Medici.

Para manter essa estrutura grandiosa, administrado pelos Missionários Redentoristas desde 1894, trabalham no local cerca de 2 mil colaboradores e centenas de voluntários, que além de receber os peregrinos ajudam a sustentar sete projetos sociais que beneficiam a comunidade.

Muitos prefeitos romeiros

José Luiz Rodrigues, Zé Louquinho, ex-prefeito de Aparecida e empresário do ramo hoteleiro da cidade, conta que é comum o município receber muitos romeiros do meio político. “Todos os presidentes brasileiros já passaram por aqui e é muito comum encontrar prefeitos vindos de todos os estados, muitos deles carregando cruzes, percorrendo longas distâncias a pé ou em caravanas”.

Muitos desses romeiros vêm do interior paulista, revela ele. “Já recebemos prefeitos de São Luiz de Paraitinga, que fica a 85 Km de Aparecida e de Ubatuba a

135 Km, que visitaram o Santuário após percorrerem longas romarias a pé”.

A cidade de São Luiz de Paraitinga realiza também anualmente sua tradicional Romaria de Cavaleiros, que em julho de 2015 completou sua 43ª edição. Já Ubatuba inseriu no calendário oficial do município em 2010, “O dia da Romaria a pé para o Santuário de Aparecida”, a data ocorre sempre na segunda quinzena de novembro.

“A maioria dos políticos vem de forma anônima, por isso muitas vezes não ficamos sabendo, mas são muitos os casos, como o do ex-

prefeito de Socorro, o Zé Mário, por exemplo, que durante anos costumava visitar Aparecida com uma caravana de jipes”, recorda Zé Louquinho.

O ex-prefeito destaca que os turistas que visitam Aparecida hoje contam com uma boa infraestrutura, o que ajuda a atrair mais visitantes. “Nos últimos 15 anos o desenvolvimento do município melhorou muito, a cidade possui hoje uma infraestrutura de cidade grande, com bons hotéis, pousadas, preços competitivos, amplo comércio e várias atrações turísticas, além do Santuário”, enfatiza.



SERVIDOR PÚBLICO: SEMPRE QUE PRECISAR, TEM UM GERENTE BRADESCO À DISPOSIÇÃO PARA ATENDER VOCÊ.

O Bradesco sabe como o trabalho do Servidor Público é importante na vida das pessoas. E a melhor maneira de valorizar isso é oferecendo um atendimento personalizado a todos os Servidores, com produtos e serviços que atendam às suas necessidades, além de um site exclusivo.

Vá até uma Agência Bradesco
e fale com um Gerente.



TM Rio 2016 | Todos os direitos reservados.

Rio 2016
JOGOS OLÍMPICOS

Rio 2016
JOGOS PARALÍMPICOS

PATROCINADOR OFICIAL

poderpublico.bradesco [@Bradesco](#) [facebook.com/Bradesco](#)

Fone Fácil Bradesco: 4002 0022 / 0800 570 0022

SAC - Atendimento: 0800 704 8383

SAC - Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800 722 0099

Ouvidoria: 0800 727 9933

 **Bradesco**
Tudo de BRA para você.



Municípios aniversariantes



Outubro

Dia 2 - Cruzeiro

Dia 3 - Magda

Dia 3 - Rubinéia

Dia 04 - Rinópolis



Conhecido como a Pérola do Planalto, Bernardino de Campos está localizado no interior do estado, a 330 Km da capital, ao lado dos Rios Paranapanema e Rio Pardo. Sua história teve início em 1886, quando era um pequeno povoado denominado Douradão, depois passou a se chamar Figueira, distrito da Paz e finalmente de Bernardino de Campos em homenagem ao presidente do estado de São Paulo da época. A economia local baseia-se na agricultura, pecuária, indústrias de vários portes, fábricas de confecções e comércio local.

Dia 10 - Cerqueira César

Dia 10 - Cosmorama



50 | Revista Municípios de São Paulo

O município está localizado na depressão periférica paulista e tem sua economia voltada para avicultura, cerâmica e fabricação de brinquedos. Sua história começou graças a um visionário, Delfino de Mello, que em 1884 adquiriu considerável gleba de terra e, para explorar comercialmente o local e construiu uma casa de pensão para abrigar os trabalhadores da Ferrovia Sorocabana, dando início ao município. Entre as atrações locais está Festa de São João, realizada há mais de 100 anos em louvor ao padroeiro da cidade.

Dia 11 - Paríquera-Açu

Dia 12 - Guaraçáí

Dia 12 - Júlio Mesquita

Dia 12 - Lavínia

Dia 12 - Presidente Bernardes

Dia 12 - Três Fronteiras

Dia 12 - Tupã

Dia 13 - Porto Feliz

Dia 14 - Ferraz de Vasconcelos

Dia 15 - Ilha Solteira

Dia 18 - Pontal

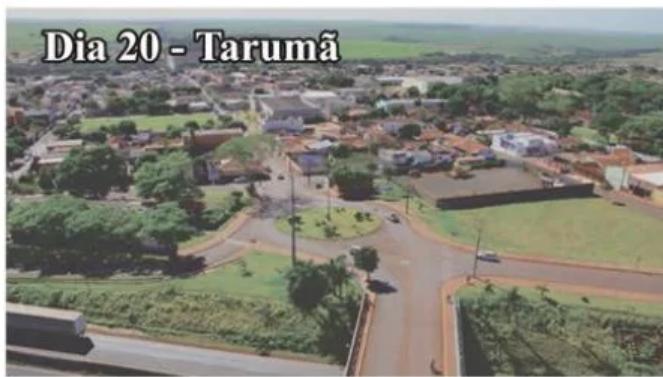
Dia 19 - Dolcinópolis

Dia 19 - Igaraçu do Tietê

Dia 20 - Itápolis

Dia 20 - Nova Guataporanga

Dia 20 - Ribeira



Dia 20 - Tarumã

Localizado na região oeste do estado de São Paulo, o município de Tarumã foi fundado em 20 de outubro de 1927, mas conquistou sua emancipação política administrativa em 1993. Tendo como forte a atividade agrícola, a cidade conta com indústrias do setor que representam hoje a maior parte da produção agrícola local. Outro destaque é seu calendário turístico e cultural com muitas festas, como a Festa do Tropeiro, Folia de Reis, Festa Junina etc.

Dia 22 - Mogi Mirim

Dia 24 - Itapira

Dia 24 - Timburi

Dia 25 - Flórida Paulista

Dia 25 - Penápolis



Cortada pelos rios Moji-Guaçu e Pardo, a região foi percorrida pelos bandeirantes. Acredita-se que o nome tenha sido dado devido a uma pequena casa caiada, que existia próxima ao pouso de tropeiros. O vilarejo se originou no século XVII. Foi elevada a Freguesia de Nossa Senhora das Dores de Casa Branca em 1814, pertencendo ainda ao território de Mogi Mirim, sendo elevada à categoria de Vila em 1841 e a categoria de cidade em 1872. Hoje a economia de Casa Branca baseia-se na agricultura, indústria e pecuária.

Dia 26 - Cândido Mota

Dia 27 - Bom Sucesso de Itararé

Dia 27 - Holambra

Dia 27 - Ilha Comprida

Dia 27 - Macedonia

Dia 27 - Mairinque

Dia 27 - Marapoama

Dia 27 - Santa Maria da Serra

Dia 27 - Torre de Pedra

Dia 27 - Taquarivaí



O município de Taquarivaí encontra-se na Região Sudoeste do Estado de São Paulo e possui uma economia predominante agrícola e pecuária, sendo responsável por parte significativa na produção de grãos da Região e líder na produção pecuária regional. Sua história começou em 20 de setembro do ano de 1769, quando foi fundada a Vila da Faxina, as margens do rio Apiaí-Guaçu, rota de tropeiros. A região se desenvolveu em 1959, quando foi criado o distrito de Taquarivaí, que pertenceu ao município de Itapeva até 30 de outubro de 1991, quando foi criado o Município de Taquarivaí, por meio de plebiscito público.

Dia 28 - Sandovalina

Dia 28 - São Simão

Dia 28 - Ubatuba

23 - Novo Horizonte



Com mais de 40 Km do Rio Tietê em seu território, após a construção da Represa de Promissão, o município teve 10% de sua área submersa e atualmente destaca-se por meio do turismo ecológico. Seus primeiros habitantes vieram de Descalvado e Pirassununga à procura de terras férteis e ergueram a cidade, a começar por uma Igreja construída em 1896 em homenagem a São José. O local teve vários nomes - Patrimônio de São José da Trindade e São José da Estiva - sua terra fértil, a água límpida, o solo cortado por córregos, facilitaram o desenvolvimento local. O distrito de Novo Horizonte foi criado em 1906 e o município de mesmo nome foi instalado em 28 de outubro de 1917.

Dia 31 - Pedreira



Localizada na região de Campinas, a cidade destaca-se por seu artesanato, que atrai muitos turistas. O município é cortado pelo Rio Jaguari e tem sua economia respaldada no setor industrial. Pedreira nasceu do sonho do Cel. João Pedro de Godoy Moreira, que queria transformar sua fazenda em uma cidade. Para isso ele loteou os terrenos, fez arruamentos, doou terrenos para a construção da Capela de Sant'Ana, dando início a Vila de Pedreira no ano de 1889.

Novembro

Dia 1 - Itatiba

Dia 1 - Taciba

Dia 3 - Gabriel Monteiro

Dia 4 - São Carlos

Dia 4 - São Sebastião da Grama

Dia 05 - Espírito Santo do Turvo



Tradicional no cultivo de melancia, há mais de 45 anos, a fruta é um dos principais produtos agrícolas do município, assim como a cana-de-açúcar e a laranja. O município teve pico de desenvolvimento na década de 1980, com a expansão da cana-de-açúcar e a instalação da Usina e Indústria de Álcool Sobar, hoje desativada. Preocupa-se com políticas ambientais e investe na arborização urbana, na recuperação da mata ciliar, nas nascentes de água, na coleta seletiva de lixo, entre outros projetos.

Dia 5 - Guatapará

Dia 5 - Itapetininga

Dia 05 - Pilar do Sul



A história de Pilar do Sul começa em 1850, quando tropeiros, caçadores e mineradores passavam pela cidade

à procura de metais preciosos. Famílias de Minas Gerais vieram à cidade e utilizavam o local, conhecido pelas pedras usadas para pilar a carne, um dos motivos para a cidade chamar-se Pilar. O local também ganhou esse nome graças à religiosidade das famílias mineiras, que tinham grande devoção a Nossa Senhora do Pilar, uma Santa Espanhola.

Dia 5 – Rosana

Dia 8 – Guaimbê

Dia 8 – Piacatu

Dia 14 – Lorena

Dia 14 – Santana do Parnaíba

Dia 14 – Serra Azul

Dia 16 – Águas de Lindóia

Dia 17 – Bálamo

Dia 19 – Itaoca

Dia 19 – Santo Anastácio

Dia 20 – Auriflama

Dia 21 – Nazaré Paulista

Dia 22 – Álvaro de Carvalho

Dia 22 – Monte Castelo

Dia 26 – Tremembé

Dia 27 – Tabapuã



Lendas contam que D. Pedro I tinha o hábito de caçar nas matas do Ribeirão Vargem Grande, quando

então descansava no antigo casarão de estilo colonial, que existia na Estrada da Lagoa. O que se sabe de concreto, de acordo com registros históricos, é que em 1963, Vargem Grande, então bairro de Cotia, eleva-se à categoria de Distrito, enquanto que a emancipação político administrativa de Vargem Grande Paulista data de 23 de dezembro de 1981, tendo sido seu território desmembrado de Cotia, após plebiscito popular que deu amplo apoio a essa iniciativa.

Dia 28 – Franca

Dia 29 – Mirante do Paranapanema

Dia 29 – Promissão

Dia 30 – Adolfo

Dia 30 – Álvares Machado

Dia 30 – Cosmópolis

Dia 30 – Echaporã

Dia 30 – Elias Fausto

Dia 30 – Franco da Rocha

Dia 30 - Guapiaçu

Dia 30 – Guaraci



O núcleo inicial que deu origem à cidade de Guaraci surgiu por volta do início do século XX a partir da doação de um patrimônio religioso em glebas de terra próximas ao Rio Grande. Sendo rota do gado vinda de Minas Gerais em direção ao pólo frigorífico de Barretos, a cidade teve sua primeira atividade econômica voltada à pecuária, atividade essa que foi sempre importante para a economia do município.



Dia 30 – Guarantã



A Origem da cidade é interessante, pois, mais ou menos em 1921, a Companhia Telefônica Brasileira, necessitando de postes para as suas linhas, adquiriu a mata onde hoje se acha a cidade de Guarantã, conseguindo da Ferrovia Noroeste a construção de um desvio para o embarque dos postes. Do desvio para embarque de postes nasceu Guarantã, que foi fundada em 1921 por Altino Cardoso.

Dia 30 – Herculândia

Dia 30 – Ibirarema

Dia 30 – Irapuã

Dia 30 – Lutécia

Dia 30 – Manduri

Dia 30 – Miracatu

Dia 30 – Nova Aliança



O povoado de Nova Aliança foi assim denominado por seus fundadores em homenagem à propriedade onde haviam morado anteriormente, a Fazenda "Bela Aliança" em São Joaquim da Barra. Desenvolveu-se com a agricultura, principalmente o plantio de café, de arroz e de cana-de-açúcar. Comemorava-se o Dia do Município em 12 de outubro, data de sua fundação, também consagrado à Padroeira Nossa Senhora Aparecida. Porém, a atual administração alterou a data para 30 de novembro, em referência à emancipação política.

Dia 30 – Oriente

Dia 30 – Paulo de Faria

Dia 30 – Quintana

Dia 30 – Registro

Dia 30 - Sales



**QUEM FAZ O MAIOR CONGRESSO
DE MUNICÍPIOS, PODE FAZER O
MELHOR EVENTO DE SUA CIDADE.**

ANIVERSÁRIO DE CIDADE - FESTAS TEMÁTICAS - SHOWS - CONGRESSOS - FEIRAS

Fones: (13) 3877.0034 3877.0035

E-mail: cape@capeeventos.com.br





SOLUÇÕES

Telefonia TDM/IP
Vídeo Conferência
Infra Estrutura de Redes de Dados e Elétrica
Redes Locais e Metropolitanas
Redes Wireless Lan e WI-FI
Serviços Gerenciados
CFTV
Suporte Técnico a Microinformática

INTEGRAR TECNOLOGIA
É O NOSSO NEGÓCIO,
CONECTAR PESSOAS É O
NOSSO DESAFIO.

Sagaz
Tecnologia

Eleições 2016

A hora e a vez da campanha digital

As inúmeras alterações introduzidas na legislação eleitoral, a partir de 29 de setembro último, através da Lei nº 13.165/2015, conduzem o interprete a duas conclusões: (i) as redes sociais e a internet serão os principais instrumentos de divulgação das candidaturas e do perfil de cada candidato; (ii) as campanhas das eleições municipais de 2016 serão, como jamais acontecido, as mais econômicas.

A redução do período de propaganda eleitoral oficial de 85 para 45 dias (Lei nº 9.504/97, artigo 36, nova redação), aliada à proibição de doações de empresas privadas, bem como os demais limites de doações de pessoas físicas e de despesas com recursos próprios valorizam, sobremaneira, a utilização das redes sociais e da internet, sendo este o espírito da lei, traduzido na sua ementa. Vale conferir:

“Altera as leis nºs. 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.506, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina.”

Além disso, a nova redação dada ao artigo 37 da Lei nº 9.504/97 realça, ainda mais, a



importância do uso das redes sociais e da internet, ao vedar a utilização dos diversos tipos de propaganda que menciona e, agora também, de cavaletes e bonecos nos locais de uso comum em geral, dentre os quais se incluem as praças, ruas e avenidas.

E, o mesmo artigo, ao tratar no parágrafo 2º da propaganda em bens particulares reduz, drasticamente, o tamanho das veiculações em adesivo ou papel: meio metro quadrado, ou seja: 1 x 0,50.

Na mesma trilha, valorizando ainda mais o uso da internet e dos meios de comunicação social, há que se observar o novo artigo 36-A, seus incisos e parágrafos.i

Em síntese, não é difícil concluir que os candidatos bem assessorados poderão iniciar, imediatamente, a divulgação de suas futuras candidaturas, suas ideias, suas realizações – sem pedir

votos, é claro - através dos meios de comunicação social e da internet que, com toda certeza, serão as rainhas das campanhas eleitorais de 2016.

Em face do quanto foi colocado, pode-se extrair uma lição: os candidatos e seus assessores precisam saber manejar muito bem os recursos midiáticos disponíveis, principalmente no período que medeia a realização das convenções, entre 20 de julho e 5 de agosto, e a data de início da propaganda eleitoral: 15 de agosto de 2016.

Concluindo, é oportuno anotar que a nova lei das eleições hospeda inúmeras outras alterações que, em outro momento, serão objeto de considerações.

**Por Antônio Sérgio Baptista
Advogado - Especialista
em Direito Público
Coordenador do Conselho
Técnico da APM**

As Santas Casas e a nova lei das parcerias com a Administração Pública



Por Isabela Giglio*

O Sistema Único de Saúde (SUS) constitui o modelo oficial público de atenção à saúde em todo o país, criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Federal nº 8.080/1990.

Uma das diretrizes do SUS consiste na universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência.

Caso as unidades públicas de assistência à saúde não sejam suficientes para garantir o atendimento total ou parcial à população, é possível que o setor privado participe do SUS de forma complementar, consoante autorizam a Constituição Federal e a mesma Lei Federal nº 8.080/1990.

A iniciativa privada participa do SUS de forma complementar mediante a celebração de contratos e convênios de prestação de serviços ao Estado.

Entre os serviços privados, a Lei Federal nº 8.080/1990 assegura preferência aos serviços não lucrativos e filantrópicos, tais como as Santas Casas.

Cabe, pois, ao gestor, planejar primeiro o setor público e, sequencialmente, complementar a rede assistencial com o setor privado não lucrativo, do qual fazem parte as Santas Casas.

Atualmente, a relação entre o Município e a Santa Casa pode se

dar por meio de convênio, contrato administrativo ou, ainda, por meio de subvenção.

De acordo com a forma de contratualização, configurar-se-á cada um desses instrumentos, que podem coexistir ou não.

Com a entrada em vigor da Lei Federal nº 13.019/2014, o que deverá ocorrer em 23/01/2016, surgirá o novo conceito de parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, que são pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que não distribuem seus resultados e os aplicam integralmente na consecução do respectivo objeto social e que deverão atender ao disposto nos artigos 33 e seguintes para a celebração da parceria.

A prestação de serviços por parte das Santas Casas pode não configurar, necessariamente, a parceria prevista na Lei Federal nº 13.019/2014.

Em outras palavras, caso a Santa Casa não possa se enquadrar, por questões locais, no conceito de organização da sociedade civil, não poderá celebrar parcerias com o Município, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014.

Nesse contexto, fica a dúvida: como será formalizada, então, a relação entre a Santa Casa e o Município, se não for possível a celebração da parceria?

A Santa Casa poderá celebrar contrato administrativo com o Município, dando continuidade à execução de suas atividades ou poderá, ainda, receber transferências voluntárias, sob a forma de subvenção.

Não poderá, contudo, celebrar convênio, tal como faz atualmente, pois os convênios ficarão adstritos às parcerias celebradas entre entes públicos após a entrada em vigor da Lei nº 13.019/2014.

Haverá, portanto, a “substituição” desses convênios por contratos administrativos, observadas as regras de transição da Lei Federal nº 13.019/2014 e atendidas, no que forem aplicáveis, as disposições das Portarias 1.034/2010 e 3.410/2013, ambas do Ministério da Saúde.

Sendo assim, que não há que se cogitar da aplicação integral da Lei Federal nº 13.019/2014 a todas as “parcerias” celebradas entre o Município e quaisquer entidades indistintamente, devendo ser analisado caso a caso o tipo de ajuste envolvido.

*Isabela Giglio é advogada especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP, Consultora Jurídica da CONAM – Consultoria em Administração Municipal, membro do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, autora do livro “Improbidade Administrativa – Dolo e Culpa” e coautora do livro “Vinte Anos de Constituição” (isabela@conam.com.br).

Por quem os sinos dobraram?

Há figuras que povoam as nossas vidas, de tal forma indelével, que as intempéries não apagam.

Na Fartura da minha infância e da minha adolescência tinha uma lojinha onde a gente comprava de tudo: gibis, brinquedos, bombinhas, chicletes, revistas, jornais e figurinhas.

Atrás do balcão – será que de fato havia balcão? – um homem filatélico, daqueles tirados de algum romance. Nunca foi mais moço ou mais velho. Congelei no tempo a concisão das perguntas, a rapidez das respostas, os dedos a folhear as notas do troco, o me chamar sempre pelo nome de família, os cabelos

levemente grisalhos e o andar rápido e ritmado.

Seo Orestes dos 14 filhos todos começados com M, oriundos da sua união com Dona Dalva. Seo Orestes vereador. Seo Orestes das Quermesses. Seo Orestes das missas e procissões. Seo Orestes das organizações filantrópicas. Seo Orestes, palestrino e palmeirense.

Diz a lenda que toda vez que viam seo Orestes com seu paletó e passos apressados cruzando as ruas da cidade era

só esperar. Logo os sinos tocariam e o alto-falante anunciaria o falecimento e o féretro de algum cidadão.

Seo Orestes se foi. Há quem jure tê-lo visto cruzando a cidade com seu paletó dando um último sorriso de adeus. Só que dessa vez os sinos não dobraram. E se dobraram ninguém quis escutar.

Fartura perdeu um símbolo. Meus amigos perderam o seu pai. Mas a minha memória ganhou um motivo para relembrar felizes dias que me forjaram.

*Cláudio Manesco
é jornalista





AS CONTAS PÚBLICAS NO ÚLTIMO ANO DE MANDATO

A Associação Paulista de Municípios convida a para o SEMINÁRIO: AS CONTAS PÚBLICAS NO ÚLTIMO ANO DE MANDATO. O seminário se destina aos Prefeitos(as), Vice-Prefeitos(as), Vereadores(as), Secretários(as) e a todos os servidores que devem conhecer os aspectos mais relevantes e sobretudo aqueles que influenciam no exercício da função pública.

PROGRAMAÇÃO

9h30 às 9h45

Credenciamento e Coffe Break

10h00 às 12h00

Palestra : A execução orçamentária no último ano de mandato. As despesas vedadas.

12h00 às 14h00

Almoço

14h00 às 16h00

Palestra: O artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal e os Restos a Pagar dos dois últimos quadrimestres. O cancelamento de empenhos.

16h00 às 17h00

Debates sobre os temas das palestras.

INFORMAÇÕES: www.apaulista.org.br

PALESTRANTES

Antonio Sergio Baptista
Advogado

Especialista em Direito Público - Coordenador do Conselho Técnico da APM

Monica Liberatti Barbosa Honorato
Advogada

Especialista em Direito Administrativo Econômico

DATA E LOCAL

Data: 25/11/2015

Local: Hotel Boulevard São Luis

Avenida São Luis, 234 - Centro - São Paulo
www.hotelboulevard.com.br

INSCRIÇÕES E INVESTIMENTO

Filiados: R\$ 300,00 | **Não filiados:** R\$ 500,00

Inscrições:

www.apaulista.org.br
secretariageral@apaulista.org.br
Fone: (11) 2165-9999



Carteira de Agente Público Municipal

Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, que integram os municípios associados à APM, podem solicitar a sua.
Uma prática carteirinha confeccionada pensando
em você Gestor Municipal

Solicite a sua !

Fone: (11) 2165.9999
apaulista@apaulista.org.br

